Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

Proventos em Dinheiro 2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 3

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 6

Demonstração do Resultado Abrangente 7

Demonstração do Fluxo de Caixa 8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014 9

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013 10

Demonstração do Valor Adicionado 11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 12

Balanço Patrimonial Passivo 13

Demonstração do Resultado 15

Demonstração do Resultado Abrangente 16

Demonstração do Fluxo de Caixa 17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014 18

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013 19

Demonstração do Valor Adicionado 20

Comentário do Desempenho 21

Notas Explicativas 27

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais 82

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes 85

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 86

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 87

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes 88

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	652.742.192
Preferenciais	0
Total	652.742.192
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	25/10/2013	Juros sobre Capital Próprio	28/02/2014	Ordinária		0,37503
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2014	Dividendo		Ordinária		0,70745

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	10.309.445	10.175.830
1.01	Ativo Circulante	1.777.944	1.737.799
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	784.503	949.470
1.01.03	Contas a Receber	846.169	653.199
1.01.03.01	Clientes	482.473	372.256
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	363.696	280.943
1.01.03.02.01	Dividendos a receber de controladas	141.342	141.342
1.01.03.02.02	Combustível a reembolsar	222.354	139.601
1.01.04	Estoques	63.055	60.864
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.287	722
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.287	722
1.01.06.01.01	Outros créditos fiscais a recuperar	1.287	722
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	82.930	73.544
1.01.08.03	Outros	82.930	73.544
1.01.08.03.01	Depósitos vinculados	1.671	10
1.01.08.03.02	Outros ativos circulantes	81.259	73.534
1.02	Ativo Não Circulante	8.531.501	8.438.031
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	300.778	296.880
1.02.01.03	Contas a Receber	32.417	31.398
1.02.01.03.01	Clientes	32.417	31.398
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	268.361	265.482
1.02.01.09.03	Outros créditos fiscais a recuperar	30.023	26.642
1.02.01.09.04	Valores a receber pela alienação de ativo	86.886	86.886
1.02.01.09.05	Depósitos vinculados	37.957	37.084
1.02.01.09.06	Depósitos judiciais	104.689	105.211
1.02.01.09.07	Outros ativos não circulantes	8.806	9.659
1.02.02	Investimentos	2.564.021	2.416.266
1.02.02.01	Participações Societárias	2.564.021	2.416.266
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.237.146	2.093.137
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	326.875	323.129
1.02.03	Imobilizado	5.656.389	5.713.965
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.444.164	5.527.803
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	212.225	186.162
1.02.04	Intangível	10.313	10.920
1.02.04.01	Intangíveis	10.313	10.920

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	10.309.445	10.175.830
2.01	Passivo Circulante	1.319.221	1.718.050
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	68.145	63.757
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	68.145	63.757
2.01.01.02.01	Provisão para remunerações e encargos	68.145	63.757
2.01.02	Fornecedores	551.505	281.711
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	551.505	281.711
2.01.03	Obrigações Fiscais	112.543	431.587
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	112.543	431.587
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	121.788	437.854
2.01.03.01.02	(-) Tributos federais a compensar	-9.245	-6.267
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	379.630	517.411
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	198.844	343.339
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	196.982	342.622
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.862	717
2.01.04.02	Debêntures	180.786	174.072
2.01.05	Outras Obrigações	164.388	380.428
2.01.05.02	Outros	164.388	380.428
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	12.757	220.917
2.01.05.02.04	Concessões a pagar	48.295	47.397
2.01.05.02.05	Outras obrigações fiscais e regulatórias	28.187	43.799
2.01.05.02.06	Obrigações com pesquisa e desenvolvimento	55.130	48.529
2.01.05.02.07	Outros passivos circulantes	20.019	19.786
2.01.06	Provisões	43.010	43.156
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	14.159	14.305
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	534	709
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.500	2.500
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	11.125	11.096
2.01.06.02	Outras Provisões	28.851	28.851
2.01.06.02.04	Obrigações com benefícios de aposentadoria	28.851	28.851
2.02	Passivo Não Circulante	3.339.802	3.096.407
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.150.236	929.553
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.150.236	929.553
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	584.178	590.164
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	566.058	339.389
2.02.02	Outras Obrigações	1.712.681	1.658.490
2.02.02.02	Outros	1.712.681	1.658.490
2.02.02.02.03	Concessões a pagar	1.561.328	1.504.431
2.02.02.02.04	Obrigações com pesquisa e desenvolvimento	21.990	26.416
2.02.02.02.05	Outras obrigações	129.363	127.643
2.02.03	Tributos Diferidos	106.157	141.042
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	106.157	141.042
2.02.04	Provisões	370.728	367.322
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	182.860	177.654
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	20.322	20.096
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	7.997	7.146

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	154.541	150.412
2.02.04.02	Outras Provisões	187.868	189.668
2.02.04.02.04	Obrigações com benefícios de aposentadoria	187.868	189.668
2.03	Patrimônio Líquido	5.650.422	5.361.373
2.03.01	Capital Social Realizado	2.445.766	2.445.766
2.03.02	Reservas de Capital	91.695	91.695
2.03.02.07	Reservas de capital	91.695	91.695
2.03.04	Reservas de Lucros	2.237.294	2.233.572
2.03.04.01	Reserva Legal	489.153	489.153
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.220.337	1.220.337
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	66.016	62.294
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	461.788	461.788
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	296.588	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	516.155	527.416
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	62.924	62.924

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.114.279	943.376
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-625.384	-303.684
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-24.305	-18.008
3.02.02	Transações no mercado de energia de curto prazo	-279.834	-15.774
3.02.03	Encargos de uso de rede elétrica e conexão	-63.245	-58.864
3.02.04	Custo de produção de energia elétrica	-252.506	-204.827
3.02.05	Custo dos serviços prestados	-5.494	-6.211
3.03	Resultado Bruto	488.895	639.692
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	9.165	13.516
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.839	-2.768
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-38.846	-38.103
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	113	156
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	902	-1.982
3.04.05.01	(Constituição) reversão de provisões operacionais	935	-1.689
3.04.05.02	Outras despesas operacionais	-33	-293
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	49.835	56.213
3.04.06.01	Equivalência patrimonial	50.670	57.256
3.04.06.02	Amortização de ágio (direito de concessão)	-835	-1.043
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	498.060	653.208
3.06	Resultado Financeiro	-90.597	-45.794
3.06.01	Receitas Financeiras	24.582	17.828
3.06.02	Despesas Financeiras	-115.179	-63.622
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	407.463	607.414
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-118.414	-182.702
3.08.01	Corrente	-153.299	-174.692
3.08.02	Diferido	34.885	-8.010
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	289.049	424.712
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	289.049	424.712
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,44282	0,65066
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,44282	0,65066

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	289.049	424.712
4.03	Resultado Abrangente do Período	289.049	424.712

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	161.375	178.614
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	561.658	703.270
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos	407.463	607.414
6.01.01.02	Resultado de participações societárias	-49.835	-56.213
6.01.01.03	Depreciação e amortização	98.138	91.039
6.01.01.04	Variação monetária e cambial	37.686	13.319
6.01.01.05	Juros	67.071	45.198
6.01.01.06	Constituição de provisões operacionais	1.131	2.220
6.01.01.07	Outros	4	293
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-400.283	-524.656
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-109.812	-109.339
6.01.02.02	Combustível a reembolsar	-82.753	-66.343
6.01.02.03	Estoques	-2.191	-7.199
6.01.02.04	Outros créditos fiscais a recuperar	-7.483	-1.917
6.01.02.05	Depósitos vinculados e judiciais	1.531	-12.470
6.01.02.06	Outros ativos	-9.202	21.561
6.01.02.07	Fornecedores	280.593	-28.871
6.01.02.08	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-379.494	-324.840
6.01.02.09	Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-22.236	-7.085
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social a pagar	-54.307	-3.088
6.01.02.11	Outras obrigações fiscais e regulatórias	-16.162	11.084
6.01.02.12	Obrigações com pesquisa e desenvolvimento	2.175	4.627
6.01.02.13	Obrigações com benefícios de aposentadoria	-7.544	-5.775
6.01.02.14	Outros passivos	6.602	4.999
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-148.653	-100.114
6.02.01	Aplicação em investimento	-123.920	-6.510
6.02.02	Aplicação no imobilizado	-50.238	-93.148
6.02.03	Aplicação no intangível	-495	-456
6.02.04	Dividendos recebidos de controladas	26.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-177.689	-472.150
6.03.01	Empréstimos e financiamentos obtidos	233.854	141.825
6.03.02	Empréstimos e financiamentos pagos	-155.413	-141
6.03.03	Parcelas de concessões a pagar pagas	-12.274	-718
6.03.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-243.727	-613.116
6.03.05	Depósitos vinculados ao serviço da dívida	-129	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-164.967	-393.650
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	949.470	736.317
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	784.503	342.667

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.445.766	91.695	2.233.572	0	590.340	5.361.373
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	2.233.572	0	590.340	5.361.373
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	289.049	0	289.049
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	289.049	0	289.049
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.722	7.539	-11.261	0
5.06.04	Reserva de incentivos fiscais	0	0	3.722	-3.722	0	0
5.06.05	Depreciação do ajuste a valor justo do ativo imobilizado, líquida de impostos	0	0	0	11.261	-11.261	0
5.07	Saldos Finais	2.445.766	91.695	2.237.294	296.588	579.079	5.650.422

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.445.766	91.695	2.331.017	0	631.110	5.499.588
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	2.331.017	0	631.110	5.499.588
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-576.429	0	0	-576.429
5.04.08	Dividendos pagos	0	0	-576.429	0	0	-576.429
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	424.712	0	424.712
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	424.712	0	424.712
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.094	8.644	-13.738	0
5.06.04	Reserva de incentivos fiscais	0	0	5.094	-5.094	0	0
5.06.05	Depreciação do ajuste a valor justo do ativo imobilizado, líquida de impostos	0	0	0	13.738	-13.738	0
5.07	Saldos Finais	2.445.766	91.695	1.759.682	433.356	617.372	5.347.871

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	1.231.708	1.041.821
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.231.629	1.041.958
7.01.02	Outras Receitas	79	-137
7.01.02.01	Outras receitas operacionais	113	156
7.01.02.02	Outras (despesas) operacionais	-34	-293
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-459.890	-165.074
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-352.764	-60.326
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-37.437	-37.726
7.02.04	Outros	-69.689	-67.022
7.02.04.01	(Constituição) reversão de provisões operacionais	935	-1.689
7.02.04.02	Encargos de uso de rede elétrica e conexão	-63.245	-58.864
7.02.04.03	Outros	-7.379	-6.469
7.03	Valor Adicionado Bruto	771.818	876.747
7.04	Retenções	-98.138	-91.039
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-98.138	-91.039
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	673.680	785.708
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	74.417	74.041
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	49.835	56.213
7.06.02	Receitas Financeiras	24.582	17.828
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	748.097	859.749
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	748.097	859.749
7.08.01	Pessoal	58.168	55.665
7.08.01.01	Remuneração Direta	37.356	36.717
7.08.01.02	Benefícios	11.440	10.537
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.625	2.345
7.08.01.04	Outros	6.747	6.066
7.08.01.04.01	Participação nos resultados	6.747	6.066
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	242.685	282.221
7.08.02.01	Federais	236.485	275.741
7.08.02.02	Estaduais	5.363	5.855
7.08.02.03	Municipais	837	625
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	47.680	33.995
7.08.03.01	Juros	34.026	27.799
7.08.03.02	Aluguéis	2.583	2.513
7.08.03.03	Outras	11.071	3.683
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	289.049	424.712
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	289.049	424.712
7.08.05	Outros	110.515	63.156
7.08.05.01	Encargos setoriais	40.446	31.276
7.08.05.02	Encargos sobre concessão a pagar	70.069	31.880

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	12.863.045	12.654.397
1.01	Ativo Circulante	2.401.269	2.338.458
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.132.671	1.224.276
1.01.03	Contas a Receber	983.043	879.927
1.01.03.01	Clientes	760.689	740.326
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	222.354	139.601
1.01.03.02.01	Combustível a reembolsar	222.354	139.601
1.01.04	Estoques	68.888	64.785
1.01.06	Tributos a Recuperar	78.416	81.582
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	78.416	81.582
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	16.535	21.752
1.01.06.01.02	Outros créditos fiscais a recuperar	61.881	59.830
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	138.251	87.888
1.01.08.03	Outros	138.251	87.888
1.01.08.03.01	Depósitos vinculados	47.963	3.833
1.01.08.03.02	Outros ativos circulantes	90.288	84.055
1.02	Ativo Não Circulante	10.461.776	10.315.939
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	478.311	481.360
1.02.01.03	Contas a Receber	4.153	4.432
1.02.01.03.01	Clientes	4.153	4.432
1.02.01.06	Tributos Diferidos	17.420	17.575
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17.420	17.575
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	456.738	459.353
1.02.01.09.03	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7.779	8.125
1.02.01.09.04	Outros créditos fiscais a recuperar	87.911	100.222
1.02.01.09.05	Valores a receber pela alienação de ativo	86.886	86.886
1.02.01.09.06	Depósitos vinculados	142.596	130.857
1.02.01.09.07	Depósitos judiciais	105.959	106.854
1.02.01.09.08	Outros ativos não circulantes	25.607	26.409
1.02.03	Imobilizado	9.724.737	9.708.227
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.484.971	9.393.802
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	239.766	314.425
1.02.04	Intangível	258.728	126.352
1.02.04.01	Intangíveis	258.728	126.352

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	12.863.045	12.654.397
2.01	Passivo Circulante	1.867.927	2.183.704
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	68.473	64.122
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	68.473	64.122
2.01.01.02.01	Provisão para remunerações e encargos	68.473	64.122
2.01.02	Fornecedores	789.564	510.346
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	789.564	510.346
2.01.03	Obrigações Fiscais	118.942	434.166
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	118.942	434.166
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	135.313	441.077
2.01.03.01.02	(-) Tributos federais a compensar	-16.371	-6.911
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	535.146	666.915
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	354.360	492.843
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	352.498	492.126
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.862	717
2.01.04.02	Debêntures	180.786	174.072
2.01.05	Outras Obrigações	311.961	464.168
2.01.05.02	Outros	311.961	464.168
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	13.117	221.276
2.01.05.02.04	Concessões a pagar	52.765	51.763
2.01.05.02.05	Outras obrigações fiscais e regulatórias	50.285	62.927
2.01.05.02.06	Obrigações com pesquisa e desenvolvimento	62.437	55.997
2.01.05.02.07	Obrigações vinculadas à aquisição de investimentos	77.313	3.573
2.01.05.02.08	Outros passivos circulantes	56.044	68.632
2.01.06	Provisões	43.841	43.987
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	14.990	15.136
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	534	709
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.500	2.500
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	11.956	11.927
2.01.06.02	Outras Provisões	28.851	28.851
2.01.06.02.04	Obrigações com benefícios de aposentadoria	28.851	28.851
2.02	Passivo Não Circulante	5.341.276	5.106.082
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.052.632	2.829.645
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.052.632	2.829.645
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.486.574	2.490.256
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	566.058	339.389
2.02.02	Outras Obrigações	1.797.058	1.743.270
2.02.02.02	Outros	1.797.058	1.743.270
2.02.02.02.03	Concessões a pagar	1.601.053	1.543.406
2.02.02.02.04	Obrigações com pesquisa e desenvolvimento	22.991	27.416
2.02.02.02.05	Obrigações vinculadas à aquisição de investimentos	770	12.846
2.02.02.02.06	Outras obrigações	172.244	159.602
2.02.03	Tributos Diferidos	117.692	163.663
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	117.692	163.663
2.02.04	Provisões	373.894	369.504
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	186.026	179.836

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	20.933	20.686
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	8.940	7.414
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	156.153	151.736
2.02.04.02	Outras Provisões	187.868	189.668
2.02.04.02.04	Obrigações com benefícios de aposentadoria	187.868	189.668
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	5.653.842	5.364.611
2.03.01	Capital Social Realizado	2.445.766	2.445.766
2.03.02	Reservas de Capital	91.695	91.695
2.03.02.07	Reservas de capital	91.695	91.695
2.03.04	Reservas de Lucros	2.237.294	2.233.572
2.03.04.01	Reserva Legal	489.153	489.153
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.220.337	1.220.337
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	66.016	62.294
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	461.788	461.788
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	296.588	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	516.155	527.416
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	62.924	62.924
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	3.420	3.238

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.643.042	1.390.881
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.051.988	-614.481
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-265.207	-175.009
3.02.02	Transações no mercado de energia de curto prazo	-380.272	-82.085
3.02.03	Encargos de uso de rede elétrica e conexão	-77.433	-75.030
3.02.04	Custo de produção de energia elétrica	-323.582	-276.146
3.02.05	Custo dos serviços prestados	-5.494	-6.211
3.03	Resultado Bruto	591.054	776.400
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-44.628	-47.019
3.04.01	Despesas com Vendas	-4.397	-4.027
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-40.613	-39.287
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	114	156
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	268	-3.861
3.04.05.01	(Constituição) reversão de provisões operacionais	302	-3.566
3.04.05.02	Outras despesas operacionais	-34	-295
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	546.426	729.381
3.06	Resultado Financeiro	-120.368	-98.492
3.06.01	Receitas Financeiras	33.643	24.515
3.06.02	Despesas Financeiras	-154.011	-123.007
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	426.058	630.889
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-136.827	-206.012
3.08.01	Corrente	-182.644	-198.377
3.08.02	Diferido	45.817	-7.635
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	289.231	424.877
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	289.231	424.877
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	289.049	424.712
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	182	165
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,44310	0,65091
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,44310	0,65091

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	289.231	424.877
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	289.231	424.877
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	289.049	424.712
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	182	165

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	339.148	322.589
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	713.718	887.282
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos	426.058	630.889
6.01.01.02	Depreciação e amortização	147.713	141.161
6.01.01.03	Variação monetária e cambial	38.640	22.284
6.01.01.04	Juros	99.990	90.404
6.01.01.05	Constituição de provisões operacionais	1.312	2.249
6.01.01.06	Outros	5	295
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-374.570	-564.693
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-15.659	-155.205
6.01.02.02	Combustível a reembolsar	-82.753	-66.343
6.01.02.03	Estoques	-4.102	-8.746
6.01.02.04	Outros créditos fiscais a recuperar	6.172	6.733
6.01.02.05	Depósitos vinculados e judiciais	-7.454	-18.696
6.01.02.06	Outros ativos	-4.189	26.622
6.01.02.07	Fornecedores	245.500	55.470
6.01.02.08	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-398.704	-361.320
6.01.02.09	Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-59.006	-48.700
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social a pagar	-53.563	-5.635
6.01.02.11	Outras obrigações fiscais e regulatórias	-13.528	10.815
6.01.02.12	Obrigações com pesquisa e desenvolvimento	2.015	5.842
6.01.02.13	Obrigações com benefícios de aposentadoria	-7.544	-5.775
6.01.02.14	Outros passivos	18.245	245
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-216.194	-141.573
6.02.01	Aplicação em investimento	-151.890	-6.509
6.02.02	Aplicação no imobilizado	-61.597	-133.632
6.02.03	Aplicação no intangível	-2.707	-1.432
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-214.559	-545.690
6.03.01	Empréstimos e financiamentos obtidos	234.415	141.825
6.03.02	Empréstimos e financiamentos pagos	-191.772	-62.245
6.03.03	Parcelas de concessões a pagar pagas	-13.413	-12.607
6.03.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-243.727	-613.116
6.03.05	Depósitos vinculados ao serviço da dívida	-62	453
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-91.605	-364.674
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.224.276	1.179.976
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.132.671	815.302

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.445.766	91.695	2.233.572	0	590.340	5.361.373	3.238	5.364.611
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	2.233.572	0	590.340	5.361.373	3.238	5.364.611
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	289.049	0	289.049	182	289.231
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	289.049	0	289.049	182	289.231
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.722	7.539	-11.261	0	0	0
5.06.04	Reserva de incentivos fiscais	0	0	3.722	-3.722	0	0	0	0
5.06.05	Depreciação do ajuste a valor justo do ativo imobilizado, líquida de impostos	0	0	0	11.261	-11.261	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.445.766	91.695	2.237.294	296.588	579.079	5.650.422	3.420	5.653.842

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.445.766	91.695	2.331.017	0	631.110	5.499.588	2.663	5.502.251
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	2.331.017	0	631.110	5.499.588	2.663	5.502.251
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-576.429	0	0	-576.429	0	-576.429
5.04.08	Dividendos pagos	0	0	-576.429	0	0	-576.429	0	-576.429
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	424.712	0	424.712	165	424.877
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	424.712	0	424.712	165	424.877
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.094	8.644	-13.738	0	0	0
5.06.04	Reserva de incentivos fiscais	0	0	5.094	-5.094	0	0	0	0
5.06.05	Depreciação do ajuste a valor justo do ativo imobilizado, líquida de impostos	0	0	0	13.738	-13.738	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.445.766	91.695	1.759.682	433.356	617.372	5.347.871	2.828	5.350.699

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

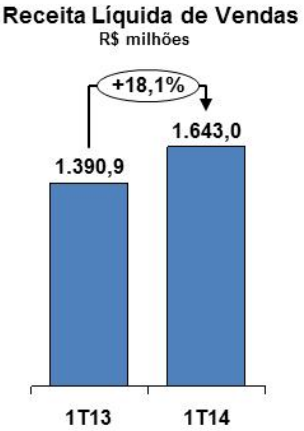
(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	1.838.305	1.587.459
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.808.190	1.553.189
7.01.02	Outras Receitas	79	-139
7.01.02.01	Outras receitas operacionais	114	156
7.01.02.02	Outras (despesas) operacionais	-35	-295
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	30.053	36.257
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-17	-1.848
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-859.037	-446.818
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-699.546	-288.340
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-45.770	-46.142
7.02.04	Outros	-113.721	-112.336
7.02.04.01	(Constituição) reversão de provisões operacionais	319	-1.718
7.02.04.02	Encargos de uso de rede elétrica e conexão	-77.433	-75.030
7.02.04.03	Gastos com a construção de usinas	-28.998	-28.262
7.02.04.04	Outros	-7.609	-7.326
7.03	Valor Adicionado Bruto	979.268	1.140.641
7.04	Retenções	-147.713	-141.161
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-147.713	-141.161
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	831.555	999.480
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	33.643	24.515
7.06.02	Receitas Financeiras	33.643	24.515
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	865.198	1.023.995
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	865.198	1.023.995
7.08.01	Pessoal	59.908	56.603
7.08.01.01	Remuneração Direta	38.780	37.494
7.08.01.02	Benefícios	11.664	10.651
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.717	2.392
7.08.01.04	Outros	6.747	6.066
7.08.01.04.01	Participação nos resultados	6.747	6.066
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	309.286	368.343
7.08.02.01	Federais	303.034	345.617
7.08.02.02	Estaduais	5.380	22.067
7.08.02.03	Municipais	872	659
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	86.632	81.849
7.08.03.01	Juros	69.502	66.453
7.08.03.02	Aluguéis	3.754	3.182
7.08.03.03	Outras	13.376	12.214
7.08.03.03.01	Juros capitalizados	1.055	7.766
7.08.03.03.02	Outras despesas financeiras	12.321	4.448
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	289.049	424.712
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	289.049	424.712
7.08.05	Outros	120.323	92.488
7.08.05.01	Encargos setoriais	48.079	40.318
7.08.05.02	Encargos sobre concessão a pagar	72.062	52.005
7.08.05.03	Acionista não controlador	182	165

Comentário do Desempenho

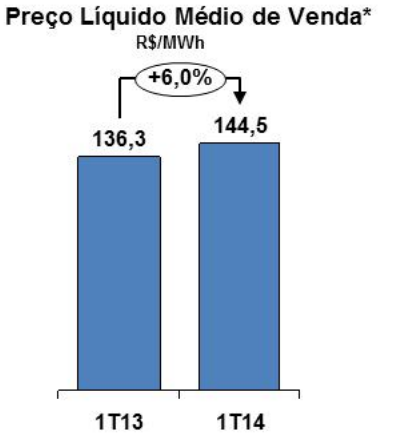
Receita Líquida de Vendas

No 1T14, a receita líquida de vendas apresentou um crescimento de 18,1%, ou R$ 252,1 milhões, quando comparada àquela auferida no mesmo período do ano anterior, passando de R$ 1.390,9 milhões para R$ 1.643,0 milhões. Os principais fatores que contribuíram para essa variação foram os seguintes: (i) R$ 154,6 milhões – aumento decorrente das transações realizadas no mercado de curto prazo, inclusive as no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); (ii) R$ 81,7 milhões – elevação do preço médio líquido de venda; (iii) R$ 22,3 milhões – incremento do volume de venda de energia; e (iv) R$ 6,1 milhões – venda de créditos de carbono somente no 1T13.



- **Preço médio líquido de venda**

O preço médio de venda de energia, líquido dos tributos sobre a receita, atingiu R$ 144,54/MWh no 1T14, 6,0% acima do apurado no mesmo trimestre de 2013, cujo valor foi de R$ 136,33/MWh. A elevação do preço ocorreu, essencialmente, em razão da atualização monetária dos contratos existentes.

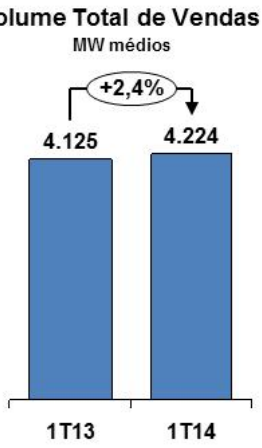


- **Volume de vendas**

A quantidade de energia vendida passou de 8.909 GWh (4.125 MW médios) no 1T13 para 9.123 GWh (4.224 MW médios) no 1T14, aumento de 2,4%, ou 214 GWh (99 MW médios), entre os períodos comparados, em função, principalmente, do início da operação do Complexo Eólico Trairi e da elevação do volume de compra de energia.

Comentário do Desempenho

A variação do volume de vendas por classe de clientes foi a seguinte: (i) incremento de 447 GWh (207 MW médios) no fornecimento de energia para consumidores livres; (ii) decréscimo de 274 GWh (127 MW médios) no suprimento de energia para distribuidoras; e (iii) incremento de 41 GWh (19 MW médios) na venda de energia para comercializadoras.



Comentários sobre as Variações da Receita Líquida de Vendas, por Classe de Clientes

a) Distribuidoras

A receita de venda a distribuidoras alcançou R$ 698,4 milhões no 1T14, montante 0,5% inferior aos R$ 701,8 milhões auferidos no 1T13. A combinação das seguintes variações contribuiu para esse efeito: (i) R$ 41,3 milhões – redução de 274 GWh (127 MW médios), equivalente a 5,7% do volume de vendas; e (ii) R$ 37,9 milhões – elevação de 5,6% no preço médio líquido de venda.

b) Comercializadoras

A receita de venda a comercializadoras passou de R$ 65,6 milhões no 1T13 para R$ 79,6 milhões no 1T14, crescimento de 21,3% entre os períodos comparados. A elevação decorreu dos seguintes efeitos: (i) R$ 9,0 milhões – aumento de 13,3% no preço médio líquido da energia vendida; e (ii) R$ 5,0 milhões – acréscimo de 41 GWh (19 MW médios), ou 7,1%, na quantidade de energia vendida.

c) Consumidores livres

A receita de venda a consumidores livres aumentou 20,9% entre os trimestres em análise, passando de R$ 447,2 milhões no 1T13 para R$ 540,6 milhões no mesmo período de 2014. Os seguintes eventos contribuíram para essa variação: (i) R$ 58,6 milhões – crescimento de 447 GWh (207 MW médios), ou 12,6%, na quantidade de energia vendida; e (ii) R$ 34,8 milhões - elevação de 7,3% no preço médio líquido de venda da energia.

d) Transações no mercado de curto prazo, inclusive no âmbito da CCEE

No 1T14, a receita auferida no mercado de curto prazo, inclusive no âmbito da CCEE, foi de R$ 317,3 milhões, enquanto no mesmo período de 2013 foi de R$ 162,7 milhões, representando um aumento de R$ 154,6 milhões entre os trimestres comparados. Maiores explicações sobre essas operações e variações podem ser encontradas a seguir no item “Detalhamento das operações de curto prazo, inclusive as transações na CCEE”.

Comentário do Desempenho

Custos da Venda de Energia e Serviços

Os custos da venda de energia e serviços foram ampliados em R$ 437,5 milhões, ou 71,2% entre os períodos comparados, passando de R$ 614,5 milhões no 1T13 para R$ 1.052,0 milhões no trimestre em análise. Essas variações decorreram, essencialmente, do comportamento dos principais componentes a seguir:

a) **Energia elétrica comprada para revenda:** incremento de R$ 90,2 milhões no 1T14 em comparação com o mesmo trimestre de 2013, refletindo as novas contratações de médio e longo prazos, com vigências iniciadas a partir do segundo trimestre de 2013, e os reajustes de contratos existentes.

b) **Transações no mercado de curto prazo, inclusive no âmbito da CCEE:** entre os trimestres em análise os custos com essas transações foram superiores em R$ 298,2 milhões. Maiores detalhes estão descritos a seguir em item específico.

c) **Combustíveis para produção de energia elétrica:** acréscimo de R$ 23,0 milhões na confrontação do 1T14 com o mesmo trimestre de 2013 em função, substancialmente, do aumento do consumo de gás natural pela Usina Termelétrica William Arjona (UTWA), causado pelo maior despacho das usinas termelétricas.

d) **Encargos de uso de rede elétrica e conexão:** aumento de R$ 2,4 milhões entre os trimestres em análise reflexo do reajuste anual das tarifas de transmissão e da entrada em operação comercial do Complexo Eólico Trairi.

e) **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (royalties):** aumento de R$ 13,6 milhões entre o primeiro trimestre de 2014 e o mesmo período de 2013 em razão, basicamente, do maior despacho das unidades hidrelétricas da Companhia.

f) **Pessoal:** aumento de R$ 2,6 milhões no 1T14 em relação ao primeiro trimestre de 2013 em função, substancialmente, do reajuste anual da remuneração e dos benefícios dos empregados.

g) **Depreciação e amortização:** ampliação de R$ 7,1 milhões nos trimestres comparados em função, sobretudo, da entrada em operação do Complexo Eólico Trairi.

Detalhamento das Operações de Curto Prazo, Inclusive as Transações na CCEE

Operações de curto prazo são definidas como compra e venda de energia com duração da entrega não superior a seis meses e que tenham como objetivo principal a gestão da exposição da Tractebel na CCEE. Dessa forma, o preço da energia em tais operações tem como característica o vínculo com o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD). O presente item engloba também as transações na CCEE, dado o caráter volátil e sazonal – e, portanto, de curto prazo – dos resultados advindos da contabilização na CCEE. Adicionalmente, as exposições positivas ou negativas são liquidadas a PLD, logo, à semelhança das operações de curto prazo descritas acima.

Sobre as transações na CCEE, os diversos lançamentos credores ou devedores realizados mensalmente na conta de um agente da CCEE são sintetizados em uma fatura única, a receber ou a pagar, exigindo, portanto, o seu registro na rubrica de receita ou de despesa. Cabe ressaltar que, em razão de ajustes na estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia, vem se verificando nos últimos anos uma mudança no perfil das faturas mencionadas. Tal alternância dificulta a comparação direta dos elementos que compõem cada fatura nos dois anos, sendo esta a razão para a criação do presente tópico. Assim, ele nos permite realizar uma análise das oscilações dos principais elementos, a despeito de terem sido alocados ora na receita ora na despesa, conforme a natureza credora ou devedora da fatura à qual estão vinculados.

Genericamente esses elementos são receitas ou despesas provenientes, por exemplo, (i) da aplicação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE); (ii) do Fator de Ajuste da Energia Assegurada, que ocorre quando a geração das usinas que fazem parte do MRE, em relação à energia alocada, é maior (Energia Secundária) ou menor (GSF) (iii) do chamado "risco de submercado"; (iv) do despacho motivado pela Curva de Aversão ao Risco (CAR); (v) da aplicação dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que resultam do despacho fora da ordem de mérito de usinas termelétricas; e (vi) naturalmente, da exposição (posição vendida ou comprada de energia na contabilização mensal), que, por sua vez, será liquidada ao valor do PLD.

No 1T14, o resultado líquido decorrente de transações de curto prazo, inclusive as realizadas na CCEE, foi negativo em R$ 63,0 milhões ante o resultado positivo de R$ 80,6 milhões, obtido no mesmo período de 2013, ou seja, uma variação negativa de R$ 143,6 milhões entre os trimestres comparados.

Essa variação decorreu, essencialmente, da combinação dos seguintes fatores: (i) redução significativa da posição credora líquida resultante da estratégia de alocação de energia em razão, principalmente, da posição devedora estabelecida para o mês de março de 2014, que apresentou PLD médio de R$ 822,83/MWh; (ii) compras de energia de curto prazo em março de 2014, com deságios em relação ao PLD, visando reduzir a posição devedora naquele mês; (iii) maior excedente de geração termelétrica em relação à energia alocada, em função da elevação do despacho dessas usinas por ordem de mérito; (iv) maior receita no MRE devido ao aumento da geração hidrelétrica; e (v) redução substancial do efeito da geração hidrelétrica do sistema inferior à energia alocada (GSF), visto que em janeiro de 2013 o fator redutor foi muito expressivo.

Cabe considerar que o expressivo aumento do PLD médio dos submercados Sul e Sudeste/Centro-Oeste, que passou de R$ 322,75/MWh no 1T13 para R$ 674,63/MWh no 1T14, contribuiu significativamente para a redução da posição líquida credora na CCEE, bem como para a ampliação dos resultados positivos relativos aos excedentes de geração termelétrica em relação à capacidade comercial sazonalizada e aos efeitos do GSF.

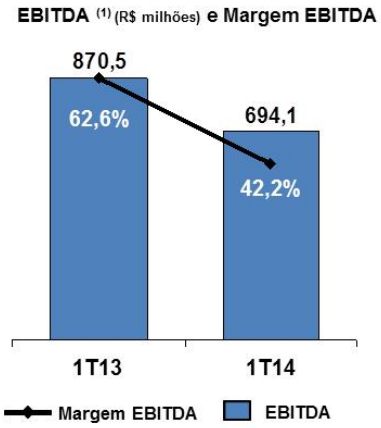
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas aumentaram em 3,9%, ou R$ 1,7 milhão, nos trimestres comparados, passando de R$ 43,3 milhões no 1T13 para R$ 45,0 milhões no trimestre em análise. Essas variações estão relacionadas, em parte, ao reajuste anual da remuneração e benefícios dos empregados.

Comentário do Desempenho

EBITDA e Margem EBITDA

Refletindo os efeitos retro mencionados, o EBITDA do 1T14 foi de R$ 694,1 milhões, 20,3%, ou R$ 176,4 milhões abaixo do apurado no 1T13, que foi de R$ 870,5 milhões. A margem EBITDA foi de 42,2% no 1T14, representado uma redução de 20,4 p.p. em relação ao mesmo período de 2013. As quedas acima citadas decorreram, substancialmente, da combinação entre a elevação da receita líquida, em R$ 97,7 milhões, e (i) os efeitos negativos da variação nas transações no mercado de curto prazo, inclusive as realizadas no âmbito da CCEE, no montante de R$ 143,6 milhões; (ii) o aumento das compras de energia para revenda, no valor de R$ 90,2 milhões; (iii) o crescimento no consumo de combustível de R$ 23,0 milhões; e (iv) a elevação dos custos com a compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos em R$ 13,6 milhões.



(1) EBITDA representa: lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + despesas financeiras, líquidas + depreciação e amortização.

A fim de possibilitar a reconciliação do lucro líquido com o EBITDA, apresentamos a tabela abaixo:

(valores em R$ mil)	1T14	1T13	Var. %
Lucro líquido	289.231	424.877	-31,9
(+) Imposto de renda e contribuição social	136.827	206.012	-33,6
(+) Despesas financeiras, líquidas	120.368	98.492	22,2
(+) Depreciação e Amortização	147.713	141.161	4,6
EBITDA	**694.139**	**870.542**	**-20,3**

Resultado Financeiro

Receitas financeiras: No 1T14, essas receitas atingiram R$ 33,6 milhões, R$ 9,1 milhões acima dos R$ 24,5 milhões auferidos no mesmo trimestre de 2013 em função, substancialmente, do incremento de R$ 7,2 milhões na receita com aplicações financeiras resultante do aumento das taxas de juros praticadas no mercado financeiro.

Despesas financeiras: Essas despesas no 1T14 foram de R$ 154,0 milhões, R$ 31,0 milhões acima do registrado no mesmo trimestre do ano anterior em razão, principalmente, do incremento de nos juros e variação monetária sobre as concessões a pagar e variação cambial sobre empréstimos.

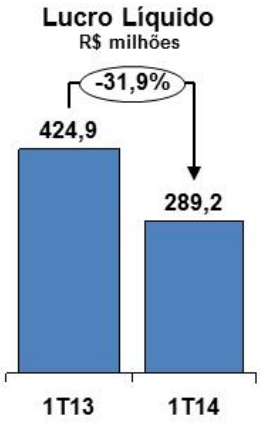
Comentário do Desempenho

Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

As despesas com IR e CSLL no 1T14 foram de R$ 136,8 milhões, valor inferior em R$ 69,2 milhões ao do mesmo trimestre de 2013, que foi de R$ 206,0 milhões, em decorrência da redução do lucro antes dos tributos.

Lucro Líquido

O lucro líquido do 1T14 foi de R$ 289,2 milhões, valor R$ 135,7 milhões, ou 31,9%, inferior aos R$ 424,9 milhões apresentados no mesmo trimestre do ano anterior. Essa queda decorreu, substancialmente, da redução de R$ 116,4 milhões mencionada no item "EBITDA" anteriormente mencionado, além da elevação das despesas financeiras líquidas, no montante de R$ 14,5 milhões, ambas líquidas do imposto de renda e contribuição social.



Notas Explicativas

TRACTEBEL ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 02.474.103/0001-19 | NIRE Nº 42 3 0002438-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31.03.2014

(Em milhares de reais ou outras moedas, exceto quando indicado de forma diferente)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Tractebel Energia S.A. ("Companhia", "Tractebel Energia" ou "TBLE") é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, e sociedade anônima de capital aberto, com sede no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, Brasil. A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração e comercialização de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

As ações da Companhia, sob o código TBLE3, estão listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA. Ademais, a Tractebel Energia negocia *American Depositary Receipts (ADR)* Nível I no mercado de balcão norte-americano sob o código TBLEY, de acordo com a relação de um ADR para cada ação ordinária.

O controle acionário da Companhia é detido pela GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA), empresa constituída no Brasil, controlada pela International Power S.A., cuja sede está na Bélgica. A International Power S.A., por sua vez, integra o grupo econômico GDF SUEZ, sediado na França.

A Tractebel Energia é a maior empresa privada de geração de energia elétrica do Brasil, responsável por aproximadamente 6,0%[1] da capacidade instalada do país. A capacidade instalada da Companhia, em 31.03.2014, incluindo as participações em consórcios de geração de energia e após o início da operação comercial dos Parques Eólicos Fleixeiras e Mundaú e da aquisição da Usina Termelétrica Ferrari, é de 7.090,2 [2] MW. Desse total, 78,4% são oriundas de fontes hidrelétricas, 16,7% de termelétricas e 4,9% de energias complementares - Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), fontes eólicas e geração à biomassa. A energia assegurada para fins de comercialização, em 31.03.2014, é de 3.882,3 MW médios.

O parque gerador em operação da Companhia é composto por nove usinas hidrelétricas, seis termelétricas[3], três PCH, seis de fontes eólicas e três com geração à biomassa.

[1] Informação com base em dados apurados na data-base de 31.12.2013.

[2] As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são revisadas pelos auditores independentes.

[3] O Complexo Termelétrico Jorge Lacerda é composto por três usinas.

Notas Explicativas

Os principais eventos relacionados com a atividade da Companhia, ocorridos no 1° trimestre de 2014, foram os seguintes:

a) Entrada em operação comercial do parque eólico Fleixeiras

Em 28.01.2014, a Aneel autorizou o início da operação comercial do parque eólico Fleixeiras, localizado no município de Trairi, no Estado do Ceará, cuja capacidade instalada é de 30,0 MW e a capacidade comercial, 16,6 MW médios.

b) Aquisição da totalidade do capital social da Ferrari Termoelétrica S.A. pela TBLP

Em 20.02.2014, após o cumprimento de todas as condições precedentes estabelecidas no Contrato de Compra e Venda assinado em dezembro de 2013, a Companhia concluiu a aquisição das ações de emissão da Ferrari Termoelétrica S.A. Vide informações adicionais sobre a transação na Nota 10 – Investimentos.

c) Pagamento do crédito de juros sobre o capital próprio do exercício de 2013

Em 28.02.2014, foram pagos os juros sobre o capital próprio do exercício de 2013. O montante bruto creditado foi de R$ 244.800, correspondentes a R$ 0,3750332107 por ação.

d) Contratação de empréstimo junto ao HSBC USA

Em março de 2014, a Companhia contratou empréstimo junto ao HSBC USA no valor de US$ 100.000 (equivalente a R$ 230.940 na data da liberação dos recursos) e, concomitantemente, firmou uma operação de proteção (*swap)* com a subsidiária brasileira do HSBC, com o intuito de proteger a totalidade dos seus fluxos de caixa futuros contra as oscilações do dólar norte-americano. Informações complementares sobre a operação podem ser encontradas na Nota 14 – Empréstimos e financiamentos.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As informações trimestrais consolidadas, identificadas como "Consolidado", foram elaboradas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais estão em consonância.

As informações trimestrais individuais da Tractebel Energia, identificadas como "Controladora", foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade aplicáveis à Tractebel Energia somente no que se refere à avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial que, segundo as IFRS, devem ser mensurados e apresentados pelo seu custo de aquisição ou pelo seu valor justo.

As referidas informações trimestrais foram preparadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela avaliação a valor justo de certos instrumentos financeiros, quando requerido nas normas.

Na elaboração das informações trimestrais é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas.

O conteúdo e valores de determinadas notas explicativas apresentadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31.12.2013 que não necessitaram de atualizações significativas, não foram repetidos nas notas selecionadas para as informações trimestrais de 31.03.2014. Essas demonstrações contábeis, portanto, devem ser lidas em conjunto.

As práticas contábeis e os métodos de cálculo adotados na elaboração das informações trimestrais de 31.03.2014, bem como os principais julgamentos e incertezas nas estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis, são os mesmos praticados na preparação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31.12.2013.

Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 01.01.2014

- Revisão da IAS 32 – Instrumentos financeiros

Esta alteração é parte integrante do projeto de "compensação entre ativos e passivos" do IASB, o qual esclarece que o direito legal de compensação, para ser efetivo, tem de ser atual e imputável a todas as partes no decurso normal do negócio, e clarifica em que circunstâncias alguns sistemas de regularização pelos montantes brutos (câmaras de compensação) satisfazem os requisitos de compensação exigidos pela IAS 32. A adoção da referida norma pela Companhia não refletiu em impactos materiais nas suas demonstrações contábeis.

- Revisão da IAS 36 – Divulgações de valor recuperável para ativos não financeiros

A norma modifica o requerimento de divulgação quanto à mensuração do valor recuperável do ativo, quando este é determinado com base no valor justo menos os custos estimados para vender o ativo. A adoção da referida norma pela Companhia também não resultou em necessidade de modificação na divulgação da Companhia.

Notas Explicativas

- Revisão do IAS 39 – Novação de derivativos e continuação de *Hedge Accounting*

A alteração tem como objetivo permitir uma exceção na descontinuidade da contabilidade de hedge (*hedge accounting*) quando a novação de um derivativo designado como um instrumento de hedge atinge determinados critérios. A Companhia não possui operações relacionadas a novações de derivativos.

- IFRIC 21 – Taxas do Governo

A interpretação tem o propósito de determinar quando reconhecer uma obrigação de pagar um tributo que está sob o escopo da norma IAS 37 – Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes. A Companhia classificou as obrigações abrangidas por esta norma na rubrica "Outras obrigações fiscais e regulatórias".

Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 01.01.2015

Não houve alteração em relação ao divulgado nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31.12.2013.

Sistema EmpresasNet (ENET)

Cabe mencionar que no quadro "Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido" do Sistema "EmpresasNet - ENET" da CVM, o ajuste de avaliação patrimonial, apesar de não corresponder a "Outros Resultados Abrangentes", está apresentado na coluna com esta indicação, em virtude de não haver opção mais apropriada para a apresentação da referida transação no demonstrativo padrão da CVM.

Medida Provisória nº 627 de 11 de novembro de 2013

A Medida Provisória (MP) 627/13 altera a legislação tributária relativa aos impostos e contribuições sociais federais; revoga o Regime Transitório de Transição (RTT); e dá outras providências. Os dispositivos da referida MP entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada a partir do ano-calendário de 2014.

A Administração, baseada em análises preliminares sobre os possíveis efeitos decorrentes da aplicação da Medida, entende que não haverá elevação de carga tributária em relação à legislação vigente e está aguardando a sanção presidencial para decidir quanto à sua adoção antecipada.

Aprovação das informações trimestrais

As informações trimestrais ora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 25.04.2014.

Notas Explicativas

3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2014	31.12.2013	31.03.2014	31.12.2013
Caixa e depósitos bancários à vista	**2.188**	**940**	**12.763**	**7.445**
Aplicações financeiras:				
- Citibank - Fundo de Investimento Exclusivo				
Operações compromissadas com títulos públicos federais				
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	79.471	-	99.978
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	71.781	-	99.984	-
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	710.534	869.059	989.698	1.093.309
	782.315	**948.530**	**1.089.682**	**1.193.287**
- Instituições Financeiras[4]				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	830	1.256
Operações lastreadas em debêntures	-	-	29.396	22.288
	-	**-**	**30.226**	**23.544**
Total das aplicações financeiras	**782.315**	**948.530**	**1.119.908**	**1.216.831**
	784.503	**949.470**	**1.132.671**	**1.224.276**

A Companhia estruturou suas aplicações financeiras através da concentração dos recursos em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual pode ter suas cotas resgatadas a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos.

[4] Bancos: Safra, Itaú Unibanco, Itaú BBA, Banco do Brasil, Votorantim, Bradesco e Caixa Econômica Federal.

4 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2014	31.12.2013	31.03.2014	31.12.2013
Circulante				
Distribuidoras de energia elétrica	224.562	245.616	353.693	372.589
Comercializadoras de energia elétrica	133.424	84.824	28.032	24.953
Consumidores livres	24.290	20.957	276.563	248.655
Transações no mercado de energia de curto prazo				
Correntes	106.377	27.039	108.870	100.581
Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE)	2.665	2.665	2.665	2.665
Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	122.961	122.961	122.961	122.961
	614.279	**504.062**	**892.784**	**872.404**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(131.806)	(131.806)	(132.095)	(132.078)
	482.473	**372.256**	**760.689**	**740.326**
Não circulante				
Distribuidoras de energia elétrica	32.417	31.398	6.001	6.280
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(1.848)	(1.848)
	32.417	**31.398**	**4.153**	**4.432**
	514.890	**403.654**	**764.842**	**744.758**

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de 25 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

b) Composição das contas a receber vencidas

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2014	31.12.2013	31.03.2014	31.12.2013
Vencidas até 30 dias	3.659	9.913	23.441	23.337
Vencidas de 31 a 60 dias	32	-	67	-
Vencidas de 61 a 90 dias	-	-	-	15
Vencidas a mais de 91 dias:				
- Com provisão constituída	131.806	131.806	133.943	133.926
- Sem provisão constituída	1.175	1.038	1.811	1.179
	132.981	**132.844**	**135.754**	**135.105**
	136.672	**142.757**	**159.262**	**158.457**

A Companhia não constituiu provisão para crédito de liquidação duvidosa para os valores vencidos até 90 dias nem para a parcela acima mencionada dos montantes vencidos a mais de 90 dias, em razão da expectativa de recebimento de tais valores.

Notas Explicativas

c) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

Composição

	Controladora	Consolidado	
	31.03.2014 e 31.12.2013	31.03.2014	31.12.2013
Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	122.961	122.961	122.961
Comercializadora	6.180	6.452	6.452
RTE	2.665	2.665	2.665
Distribuidora	-	1.865	1.848
	131.806	**133.943**	**133.926**

5 – COMBUSTÍVEL A REEMBOLSAR

	Controladora e Consolidado	
	31.03.2014	31.12.2013
Eletrobras	**222.354**	**139.601**

Nesta rubrica estão classificados os valores a receber da Eletrobras decorrentes do reembolso do combustível comprado para consumo nas usinas termelétricas da Companhia, com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) que tem como uma de suas finalidades garantir a competitividade da energia produzida a partir de fontes movidas a carvão mineral nacional.

O reembolso normalmente é realizado após a apresentação dos comprovantes de pagamento aos fornecedores de combustível. Em 31.03.2014 estavam pendentes de recebimento os valores de competência de janeiro, fevereiro e março de 2014.

6 – OUTROS CRÉDITOS FISCAIS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2014	31.12.2013	31.03.2014	31.12.2013
Circulante				
Pis[5] e Cofins[6]	1.097	-	61.672	59.086
INSS[7]	190	722	190	722
Outros	-	-	19	22
	1.287	**722**	**61.881**	**59.830**
Não circulante				
Pis e Cofins	10.718	8.832	68.351	81.972
ICMS[8]	19.305	17.810	19.554	18.244
INSS	-	-	6	6
	30.023	**26.642**	**87.911**	**100.222**

[5] Programa de Integração Social
[6] Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
[7] Instituto Nacional do Seguro Social
[8] Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços de Comunicação e Transporte

Notas Explicativas

Os saldos de Pis e Cofins a compensar referem-se a créditos decorrentes de aquisições de máquinas e equipamentos e de gastos com a construção de edificações para a implantação de empreendimentos de geração de energia.

7 – DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2014	31.12.2013	31.03.2014	31.12.2013
Circulante				
Fundos de investimentos	10	10	46.083	10
Depósitos para reinvestimentos	1.661	-	1.661	3.823
CDB	-	-	219	-
	1.671	**10**	**47.963**	**3.833**
Não circulante				
Fundos de investimentos	37.957	31.617	142.596	120.065
CDB	-	5.467	-	10.792
	37.957	**37.084**	**142.596**	**130.857**

Os depósitos vinculados aplicados em Fundos de investimentos destinam-se principalmente a garantir o pagamento dos serviços da dívida. Além desses, no trimestre findo em 31.03.2014 houve o reconhecimento, no ativo circulante consolidado, de R$ 46.073, dos depósitos em garantia para cobrir determinados compromissos assumidos pelos vendedores, conforme estabelecidos no contrato de aquisição da totalidade do capital social da Ferrari Termoelétrica. Esses depósitos serão liberados na medida em que tais compromissos forem cumpridos.

8 – VALORES A RECEBER PELA ALIENAÇÃO DE ATIVO

Nesta rubrica estão registrados os valores a receber da Elétrica Jacuí S.A. (Eleja) relativos à venda do empreendimento termelétrico Jacuí. O saldo de R$ 86.886, apresentado no balanço patrimonial, na controladora e no consolidado, corresponde ao valor presente das parcelas a receber em julho de 2009, mês em que a Companhia iniciou um processo de execução judicial do contrato, em razão da Eleja ter suspendido os pagamentos das parcelas mensais devidas. A Companhia, a partir dessa data, de forma prudente, decidiu deixar de reconhecer os juros e a variação monetária sobre os valores a receber.

A ação de execução movida contra a Eleja garantiu à Companhia o arresto dos bens do empreendimento Jacuí, concedidos em garantia do crédito. O arresto já foi convertido em penhora e os bens em garantia foram submetidos à avaliação por perito judicial para posterior alienação. O valor da avaliação dos bens penhorados, em novembro de 2011, foi de R$ 116.492.

A Companhia ainda aguarda o deferimento, pelo Juiz, do pedido da transferência de propriedade dos bens penhorados e já avaliados para que possa definir quais serão alienados e quais permanecerão com a empresa.

Em julho de 2012, a Eleja ingressou com um pedido de anulação dos atos praticados até aquele momento. Assim que a Companhia tomou conhecimento deste pedido, solicitou a impugnação do mesmo, sendo este julgado improcedente. Dessa decisão a Eleja recorreu por meio de Agravo de Instrumento para o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que negou provimento ao recurso em fevereiro de 2014. Como consequência, será peticionado ao Juízo para requerer a adjudicação dos bens penhorados.

O valor nominal, em 31.03.2014, das parcelas contratuais não quitadas, atualizado pelo índice contratual, o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), totaliza R$ 137.240 (R$ 133.565 em 31.12.2013). O montante total da dívida, incluindo multas e encargos contratuais, supera o valor da avaliação pericial, levando a Companhia, em março de 2012, a solicitar um reforço de penhora, o qual ainda aguarda decisão judicial.

A Companhia, de forma prudente, não pretende reconhecer o ajuste desse "Contas a receber" ao valor de mercado dos ativos, anteriormente mencionado, até que se tenha o desfecho do trâmite judicial da ação.

9 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2014	31.12.2013	31.03.2014	31.12.2013
Fiscais	91.054	92.724	91.588	93.485
Cíveis	9.258	8.259	9.870	8.817
Trabalhistas	4.377	4.228	4.501	4.552
	104.689	**105.211**	**105.959**	**106.854**

Os valores depositados estão vinculados a processos que tramitam nas esferas administrativas e judiciais. Do montante registrado em 31.03.2014, R$ 41.073 (R$ 38.703 em 31.12.2013) estão diretamente relacionados às provisões de risco provável.

Em julho de 2012, a Companhia recebeu o deferimento do pedido de levantamento dos depósitos judiciais, relativos ao processo de Pis e Cofins sobre contratos de venda de energia com preço predeterminado, no âmbito da Instrução Normativa 658/06 da Receita Federal do Brasil. Entretanto, em agosto de 2012, a União Federal pleiteou a suspensão da ordem de expedição do alvará para possibilitar o exame da situação dos contratos vinculados à decisão judicial. O montante desses depósitos, em 31.03.2014, é de R$ 46.467, na controladora e no consolidado (R$ 49.192 em 31.12.2013).

10 – INVESTIMENTOS

a) Composição

	Controladora	
	31.03.2014	31.12.2013
Participações societárias permanentes:		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial		
Equivalência patrimonial	2.484.663	2.336.073
"Ágio" (Direito de concessão)	79.358	80.193
	2.564.021	**2.416.266**

Notas Explicativas

b) Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

b.1) Movimentação dos investimentos

	Saldos em 31.12.2013	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Dividendos	Saldos em 31.03.2014
Itasa[9]	**323.129**	-	3.746	-	**326.875**
CEE[10]	**1.002.589**	-	(21.670)	-	**980.919**
Lages[11]	**59.198**	-	2.592	(26.000)	**35.790**
TBLC[12]	**130.662**	-	47.809	-	**178.471**
TBLP[13]	**819.344**	123.920	18.193	-	**961.457**
Outros	**1.151**	-	-	-	**1.151**
Total	**2.336.073**	**123.920**	**50.670**	**(26.000)**	**2.484.663**

Informações adicionais

	Itasa	CEE	Lages	TBLC	TBLP
Participação (%)	**48,75%**	**99,99%**	**99,99%**	**99,99%**	**99,99%**
31.12.2013					
Ativo total	703.192	2.656.884	77.553	492.426	1.501.358
Patrimônio líquido	662.829	1.002.589	59.198	130.662	822.582
31.03.2014					
Ativo total	709.871	2.652.180	53.099	550.876	1.755.051
Patrimônio líquido	670.513	980.919	35.790	178.471	964.877
1º trimestre de 2014					
Receita líquida	40.991	94.920	11.400	742.708	52.089
Lucro líquido (Prejuízo)	7.684	(21.670)	2.592	47.809	18.375

[9] Itá Energética S.A., operação em conjunto.
[10] Companhia Energética Estreito
[11] Lages Bioenergética Ltda.
[12] Tractebel Energia Comercializadora Ltda.
[13] Tractebel Energias Complementares Participações Ltda.

Notas Explicativas

Aquisição de novos projetos

- Ferrari Termoelétrica S.A.

Em dezembro de 2013, a controlada TBLP assinou o contrato de aquisição da totalidade do capital social da Ferrari Termoelétrica S.A. desde que satisfeitas determinadas condições resolutivas estabelecidas no contrato de compra e venda de ações.

A Ferrari Termoelétrica S.A. é uma sociedade de propósito específico detentora de todos os ativos da Central Geradora Termelétrica UTE Ferrari (UTE Ferrari), um empreendimento de cogeração de energia a biomassa de cana-de-açúcar, em operação comercial desde junho de 2009, localizado no Município de Pirassununga, Estado de São Paulo. A UTE Ferrari conta com uma capacidade instalada de 65,5 MW e capacidade comercial de 23,2 MW médios, dos quais 18,0 MW médios foram contratados em Leilões de Energia Elétrica destinados ao Ambiente de Contratação Regulada.

Em fevereiro de 2014, foi concluído o processo de aquisição pelo valor de R$ 176.139. Este valor é composto como segue:

(i) R$ 160.930 – valor pago na data do fechamento, dos quais R$ 46.073 foram depositados em conta vinculada, conforme mencionado na Nota 7 – Depósitos Vinculados. A liberação de R$ 34.000 desse valor está condicionada à implantação de melhorias na eficiência do processo de co-geração, à obtenção de licença ambiental, bem como à revisão da garantia física da usina para 35,6 MW médios. O restante do valor está atrelado principalmente à revisão técnica do turbo gerador e à conclusão de obras de adequação das subestações.

(ii) R$ 4.209 – montante pago em abril de 2014, relativo ao ajuste de preço decorrente da variação do capital do giro e endividamento líquido entre a data da assinatura do contrato e a data do fechamento do negócio.

(iii) R$ 11.000 – valor que será pago mediante o compromisso de fornecimento de combustível adicional pelo vendedor em quantidade e qualidade suficientes para que a UTE Ferrari gere 35,6 MW médios de energia elétrica.

O depósito mencionado no item (i) bem como os compromissos citados nos itens (ii) e (iii), no montante total de R$ 61.282 está registrado no passivo na rubrica “Obrigações vinculadas à aquisição de investimentos.

A Companhia está realizando o processo de avaliação do valor justo dos ativos e passivos adquiridos para fazer as devidas alocações no balanço de aquisição conforme as regras de combinação de negócios.

Em abril de 2014, a Companhia iniciou as atividades direcionadas à modernização e ampliação da UTE. Com isso, é esperada a elevação da sua capacidade comercial para 35,6 MW médios, bem como de sua capacidade instalada para 80,5 MW. Para tal a Companhia estima a realização de investimentos adicionais na ordem de R$ 81.825.

b.2) "Ágio" (Direito de concessão) - Controladora

Movimentação

	CEE
Saldos em 31.12.2013	**80.193**
Amortização	(835)
Saldos em 31.03.2014	**79.358**

Os valores relativos aos "Ágios" (Direito de concessão) pagos nas aquisições das controladas foram definidos com base no valor presente das projeções de fluxo de caixa obtidas através de avaliações econômico-financeiras e decorreram da aquisição da concessão outorgada pela Aneel para o uso do bem público na geração de energia elétrica.

O ativo está sendo amortizado no prazo do contrato de concessão em função da sua vida útil definida, visto que os benefícios econômicos decorrentes das aquisições desses investimentos ocorrerão ao longo do prazo da concessão.

11 – IMOBILIZADO

a) Composição

		Controladora			
		31.03.2014			31.12.2013
	Taxa média de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Reservatórios, barragens e adutoras	2,7	5.070.519	(2.495.691)	2.574.828	2.611.608
Edificações e benfeitorias	3,0	1.494.727	(808.152)	686.575	696.891
Máquinas e equipamentos	4,0	6.127.145	(3.868.067)	2.259.078	2.295.728
Móveis e utensílios	6,3	9.323	(4.330)	4.993	4.901
Veículos	14,3	1.893	(1.465)	428	460
(-) Provisão para redução ao valor recuperável		(68.698)	-	(68.698)	(68.698)
(-) Obrigações especiais		(13.040)	-	(13.040)	(13.087)
		12.621.869	**(7.177.705)**	**5.444.164**	**5.527.803**
Em curso					
Reservatórios, barragens e adutoras		1.133	-	1.133	1.005
Edificações e benfeitorias		8.069	-	8.069	6.411
Máquinas e equipamentos		116.435	-	116.435	95.518
Adiantamento a fornecedores		79.272	-	79.272	77.452
Aquisições a ratear		7.316	-	7.316	5.776
		212.225	**-**	**212.225**	**186.162**
		12.834.094	**(7.177.705)**	**5.656.389**	**5.713.965**

Notas Explicativas

	Taxa média de depreciação %	Consolidado 31.03.2014 Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	31.12.2013 Valor líquido
Em serviço					
Reservatórios, barragens e adutoras	3,0	7.108.953	(2.744.925)	4.364.028	4.413.281
Edificações e benfeitorias	3,2	1.781.713	(875.628)	906.085	908.946
Máquinas e equipamentos	4,0	8.530.460	(4.236.139)	4.294.321	4.151.181
Móveis e utensílios	6,3	10.180	(4.733)	5.447	5.324
Veículos	14,3	3.003	(1.911)	1.092	1.119
(-) Provisão para redução ao valor recuperável		(72.837)	-	(72.837)	(72.837)
(-) Obrigações especiais		(13.165)	-	(13.165)	(13.212)
		17.348.307	**(7.863.336)**	**9.484.971**	**9.393.802**
Em curso					
Reservatórios, barragens e adutoras		1.133	-	1.133	7.935
Edificações e benfeitorias		8.260	-	8.260	12.095
Máquinas e equipamentos		131.825	-	131.825	131.781
Adiantamento a fornecedores		90.980	-	90.980	148.140
Aquisições a ratear		7.568	-	7.568	14.474
		239.766	**-**	**239.766**	**314.425**
		17.588.073	**(7.863.336)**	**9.724.737**	**9.708.227**

b) Mutação do ativo imobilizado

	Controladora Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso	(-) Provisão para redução ao valor recuperável	(-) Obrigações especiais	Total
Saldos em 31.12.2013	**2.611.608**	**696.891**	**2.295.728**	**5.361**	**186.162**	**(68.698)**	**(13.087)**	**5.713.965**
Ingressos	-	-	-	-	39.392	-	47	39.439
Juros capitalizados	-	-	-	-	25	-	-	25
Transferências	(2.369)	(106)	15.624	205	(13.354)	-	-	-
Baixas	-	-	(4)	-	-	-	-	(4)
Depreciação	(34.411)	(10.210)	(52.270)	(145)	-	-	-	(97.036)
Saldos em 31.03.2014	**2.574.828**	**686.575**	**2.259.078**	**5.421**	**212.225**	**(68.698)**	**(13.040)**	**5.656.389**

	Consolidado Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso	(-) Provisão para redução ao valor recuperável	(-) Obrigações especiais	Total
Saldos em 31.12.2013	**4.413.281**	**908.946**	**4.151.181**	**6.443**	**314.425**	**(72.837)**	**(13.212)**	**9.708.227**
Ingressos	-	-	-	-	77.184	-	47	77.231
Aquisição Ferrari	-	7.463	60.422	137	13.251	-	-	81.273
Juros capitalizados	-	-	-	-	1.055	-	-	1.055
Transferências	4.681	2.715	158.290	463	(166.149)	-	-	-
Baixas	-	-	(13)	-	-	-	-	(13)
Depreciação	(53.934)	(13.039)	(75.559)	(504)	-	-	-	(143.036)
Saldos em 31.03.2014	**4.364.028**	**906.085**	**4.294.321**	**6.539**	**239.766**	**(72.837)**	**(13.165)**	**9.724.737**

Notas Explicativas

Depreciação dos ativos que integram o Projeto Original das Usinas

A Companhia, com base exclusivamente na interpretação da Lei nº 8.987/95 e do Decreto nº 2.003/96, considera que não há total garantia de indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo da concessão e autorização dos empreendimentos hidrelétricos, do valor residual dos bens que integram o Projeto Original.

Dessa forma, a Companhia, está depreciando esses ativos de acordo com as taxas determinadas pela Aneel, limitadas ao prazo de concessão, embora a legislação e os contratos prevejam a possibilidade da renovação das concessões e autorizações.

Ainda segundo a referida legislação, os investimentos adicionais realizados para garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido serão indenizados pelo poder concedente ao final do prazo das concessões e autorizações. Desta forma, esses ativos estão sendo depreciados de acordo com as taxas de depreciação estabelecidas pela Aneel.

c) Ajuste a valor justo do ativo imobilizado

Em atendimento às orientações previstas no CPC 27 (Ativo imobilizado) e no ICPC 10 (Esclarecimentos sobre o CPC 27 e o CPC 28 - Propriedades para investimento), em 01.01.2009, data da primeira adoção das normas internacionais e CPC, a Companhia adotou o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado das usinas da Companhia cujos valores contábeis se apresentavam substancialmente diferentes dos seus valores justos.

O ajuste a valor justo do imobilizado, líquido do imposto de renda e da contribuição social diferidos, teve como contrapartida a conta "Ajustes de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido. A depreciação do referido ajuste não gera efeitos na base de apuração do imposto de renda e da contribuição social nem na base de distribuição de dividendos.

Os saldos do imobilizado, em 31.03.2014 e 31.12.2013, contemplam o ajuste a valor justo, líquido de depreciação, nos montantes de R$ 781.970 e R$ 799.114, respectivamente. A depreciação sobre os ajustes ao valor justo nos trimestres findos em 31.03.2014 e 31.03.2013 foi de R$ 17.144 e R$ 20.814, respectivamente.

d) Registro da concessão onerosa contratada ou adquirida em uma combinação de negócios

A Companhia, para fins de elaboração das informações consolidadas, considerou como referência para o registro das concessões onerosas e autorizações concedidas pela União Federal para o uso do bem público para a geração de energia, contratadas ou adquiridas em uma combinação de negócios, o Guia de Aplicação do IFRS 3 - Combinação de negócios, que permite o reconhecimento do valor justo da concessão e do ativo imobilizado como único ativo nas demonstrações contábeis, quando esses ativos não puderem ser vendidos ou transferidos separadamente.

Com base nesse pronunciamento, a Companhia reconheceu a concessão onerosa e as autorizações contratadas ou adquiridas em uma combinação de negócios como um único ativo, no grupo do ativo imobilizado, distribuído pelas naturezas dos ativos proporcionalmente ao seu custo de aquisição. Esse procedimento vinha sendo adotado pela Companhia antes da obrigatoriedade da adoção dos IFRS e CPC, em 01.01.2009, e foi mantido para as transações ocorridas posteriormente a esta data, de modo que fosse conservada a consistência dos procedimentos.

O saldo dessas concessões e autorizações de uso do bem público para a geração de energia, no ativo imobilizado, em 31.03.2014 e 31.12.2013, é de R$ 754.089 e R$ 762.724, respectivamente, na controladora, e de R$ 1.073.378 e R$ 1.085.984, respectivamente, no consolidado.

e) Apropriação dos encargos financeiros

Os encargos financeiros vinculados aos financiamentos e às concessões a pagar são reconhecidos no ativo imobilizado em curso durante o período de construção ou modernização das usinas. Os encargos capitalizados no ativo imobilizado consolidado, nos trimestres findos em 31.03.2014 e 31.03.2013, foram de R$ 1.055 e 7.995, respectivamente.

f) Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem à perda de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado. Além dos valores reconhecidos em 2013, não há quaisquer indicativos identificados que possam resultar na redução do valor recuperável de outros ativos na Companhia.

12 – INTANGÍVEL

a) Composição

		Controladora			
		31.03.2014			31.12.2013
	Período de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total	Total
Direito de uso	Até 2034	34.257	(23.944)	**10.313**	**10.920**
		34.257	**(23.944)**	**10.313**	**10.920**

Notas Explicativas

		Consolidado			
		31.03.2014			31.12.2013
	Período de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total	Total
Mais-valia na aquisição da Ferrari	-	135.524	-	135.524	-
Direito de uso	Até 2037	43.718	(25.594)	18.124	17.757
Direito de compra de energia	Até 2023	64.561	(7.519)	57.042	58.546
Condicionantes de licença de operação	Até 2014	22.243	(17.244)	4.999	6.889
Direitos do Projeto Trairí	Até 2041	12.668	(121)	12.547	12.668
Direitos do Projeto Campo Largo	-	21.670	-	21.670	21.670
Direitos do Projeto Santa Mônica	-	5.715	-	5.715	5.715
Gastos com desenvolvimento	-	3.107	-	3.107	3.107
		309.206	**(50.478)**	**258.728**	**126.352**

A Companhia está realizando o processo de mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos para proceder às devidas alocações da mais-valia paga na aquisição da Ferrari. Maiores detalhes estão descritos na Nota 10 – Investimentos.

b) Mutação

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31.12.2013	**10.920**	**126.352**
Ingresso	495	1.416
Aquisições em combinação de negócios	-	113
Mais-valia na aquisição da Ferrari	-	135.524
Amortização	(1.102)	(4.677)
Saldos em 31.03.2014	**10.313**	**258.728**

13 – FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2014	31.12.2013	31.03.2014	31.12.2013
Circulante				
Energia elétrica comprada	106.792	9.017	226.374	179.048
Transações no âmbito da CCEE	297.326	111.097	358.804	119.228
Encargos de uso da rede elétrica	29.769	29.484	36.365	36.032
Materiais e serviços	22.250	30.827	29.920	43.787
Combustíveis fósseis e biomassa	89.511	84.630	91.343	86.366
Fornecedores de imobilizado e intangível	5.857	16.656	46.758	45.885
	551.505	**281.711**	**789.564**	**510.346**

A Companhia não possui valores vencidos com seus fornecedores de bens, direitos e serviços relacionados com a sua atividade operacional.

Notas Explicativas

14 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição

	Controladora					
	31.03.2014			31.12.2013		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Passivo:						
Mensurados ao custo amortizado						
Moeda nacional						
Bank of America Merrill Lynch	143.333	-	143.333	286.667	-	286.667
Nordic Investment Bank	-	153.409	153.409	-	149.990	149.990
BNDES	16.003	137.362	153.365	16.003	141.363	157.366
Bancos (Repasse BNDES)	32.557	293.407	325.964	32.317	298.811	331.128
Encargos	5.089	-	5.089	7.635	-	7.635
	196.982	**584.178**	**781.160**	**342.622**	**590.164**	**932.786**
Moeda estrangeira sem *hedge*						
BNP Paribas *(Floating Rate Note)*	-	124.700	124.700	-	129.060	129.060
Encargos	1.352	-	1.352	367	-	367
	1.352	**124.700**	**126.052**	**367**	**129.060**	**129.427**
Mensurado ao valor justo						
Moeda estrangeira com *hedge*						
HSBC USA	-	434.324	434.324	-	210.329	210.329
Encargos	510	-	510	350	-	350
	510	**434.324**	**434.834**	**350**	**210.329**	**210.679**
HSBC Brasil – *swap*	**-**	**7.034**	**7.034**	**-**	**-**	**-**
	198.844	**1.150.236**	**1.349.080**	**343.339**	**929.553**	**1.272.892**
Ativo não circulante:						
Mensurado ao valor justo - *hedge*						
HSBC Brasil – *swap*[14]	-	-	-	-	1.115	1.115
	-	**-**	**-**	**-**	**1.115**	**1.115**
Empréstimos e financiamentos, líquidos do *swap*	**198.844**	**1.150.236**	**1.349.080**	**343.339**	**928.438**	**1.271.777**

[14] Registrado na rubrica "Outros ativos não circulantes"

Notas Explicativas

	Consolidado					
	31.03.2014			31.12.2013		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Passivo:						
Mensurados ao custo amortizado						
Moeda nacional						
Bank of America Merrill Lynch	143.333	-	143.333	286.667	-	286.667
Nordic Investment Bank	-	153.409	153.409	-	149.990	149.990
BNDES	125.749	1.506.413	1.632.162	119.369	1.498.097	1.617.466
Bancos (Repasse BNDES)	68.633	816.507	885.140	68.392	830.932	899.324
Banco do Brasil	3.966	10.245	14.211	3.966	11.237	15.203
Encargos	10.817	-	10.817	13.732	-	13.732
	352.498	**2.486.574**	**2.839.072**	**492.126**	**2.490.256**	**2.982.382**
Moeda estrangeira sem *hedge*						
BNP Paribas (*Floating Rate Note*)	-	124.700	124.700	-	129.060	129.060
Encargos	**1**.352	-	1.352	367	-	367
	1.352	**124.700**	**126.052**	**367**	**129.060**	**129.427**
Mensurado ao valor justo						
Moeda estrangeira com *hedge*						
HSBC USA	-	434.324	434.324	-	210.329	210.329
Encargos	510	-	510	350	-	350
	510	**434.324**	**434.834**	**350**	**210.329**	**210.679**
HSBC Brasil – *swap*	**-**	**7.034**	**7.034**	**-**	**-**	**-**
	354.360	**3.052.632**	**3.406.992**	**492.843**	**2.829.645**	**3.322.488**
Ativo não circulante:						
Mensurado ao valor justo - *hedge*						
HSBC Brasil – *swap*	-	-	-	-	1.115	1.115
	-	**-**	**-**	**-**	**1.115**	**1.115**
Empréstimos e financiamentos, líquidos do *swap*	**354.360**	**3.052.632**	**3.406.992**	**492.843**	**2.828.530**	**3.321.373**

b) Mutação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2013	**343.339**	**928.438**	**1.271.777**	**492.843**	**2.828.530**	**3.321.373**
Ingressos	-	233.854	233.854	-	234.415	234.415
Aquisição Ferrari	-	-	-	6.152	38.354	44.506
Juros no resultado	20.874	1.099	21.973	55.192	2.129	57.321
Juros capitalizados	-	25	25	-	1.055	1.055
Variações monetárias	-	3.434	3.434	-	3.434	3.434
Variações cambiais	(58)	(4.353)	(4.411)	(58)	(4.353)	(4.411)
Ajuste a valor justo de empréstimo e *swap*	-	77	77	-	77	77
Transferências	12.338	(12.338)	-	51.009	(51.009)	-
Amortização de principal	(155.413)	-	(155.413)	(191.772)	-	(191.772)
Amortização de juros	(22.236)	-	(22.236)	(59.006)	-	(59.006)
Saldos em 31.03.2014	**198.844**	**1.150.236**	**1.349.080**	**354.360**	**3.052.632**	**3.406.992**

c) Principais transações realizadas no primeiro trimestre de 2014

Empréstimo no HSBC Bank USA

Em março de 2014 a Companhia contratou um empréstimo junto ao HSBC Bank no valor de US$ 100.000 (equivalente a R$ 230.940). As principais condições contratadas são as seguintes:

- Juros: 1,429411% a.a. fixos;
- Vencimento do principal: Única parcela ao final do contrato em 10.03.2016;
- Amortização dos juros: trimestralmente com início em 10.06.2014 e término em 10.03.2016.

A Companhia, para proteger a totalidade dos fluxos de caixa futuros contra as oscilações do dólar norte americano, contratou uma operação de *swap*, com a subsidiária brasileira da mesma instituição financeira que concedeu o empréstimo, no valor de R$ 230.940, através da qual manterá uma posição ativa correspondente à variação do dólar mais juros de 1,429411% a.a. e uma posição passiva equivalente a 97% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O vencimento do principal e a amortização dos juros do empréstimo e do swap ocorrerão exatamente nas mesmas datas.

Contratações PSI Finame

Em fevereiro de 2014 a Companhia contratou financiamentos na modalidade de PSI Finame, através de agentes repassadores, para aquisição de máquinas e equipamentos para o seu parque gerador. O montante total sacado foi de R$ 2.914.

Estes financiamentos possuem taxa de juros pré-fixada em 3,5% a.a. e prazo total de 10 anos, sendo 2 de carência e 8 de amortização, com pagamento de juros trimestral durante a carência e mensal após o inicio da amortização.

Notas Explicativas

Liberação de recursos para a UHE Estreito

O BNDES liberou, em março de 2014, para a Companhia Energética Estreito (CEE), controlada da Companhia, o montante de R$ 561, referente ao subcrédito social para aplicação no Investimento Social Estreito (ISE). Ainda está pendente de liberação o valor de R$ 2.341.

Aquisição da Ferrari Termoelétrica S.A.

Conforme comentado na Nota 10 – Investimentos, em fevereiro de 2014, a TBLP adquiriu a totalidade do capital social da Ferrari Termoelétrica. Esta empresa já possuía contratos de financiamento Direto com o BNDES e Repasse do BNDES através do Itaú BBA, os quais apresentavam saldo devedor, considerando principal e juros, no montante de R$ 44.506. As principais características destes financiamentos são as que seguem:

- Vencimento: junho de 2021;
- Amortização e pagamento dos juros: mensal;
- Juros: TJLP + 1,91% a.a. para a modalidade Direto e TJLP + 3,40% a.a. para a modalidade Repasse.

c) Vencimentos dos empréstimos e financiamentos apresentados no passivo não circulante

	Controladora				Consolidado			
		Moeda estrangeira				Moeda estrangeira		
	Moeda nacional	Sem *hedge*	Com *hedge*	Total	Moeda nacional	Sem *hedge*	Com *hedge*	Total
Abril a dezembro de 2015	42.675	124.700	209.189	376.564	155.545	124.700	209.189	489.434
2016	71.538	-	232.169	303.707	222.788	-	232.169	454.957
2017	71.546	-	-	71.546	223.064	-	-	223.064
2018	71.546	-	-	71.546	218.227	-	-	218.227
2019	71.546	-	-	71.546	216.775	-	-	216.775
2020 a 2024	255.327	-	-	255.327	921.436	-	-	921.436
2025 a 2029	-	-	-	-	528.739	-	-	528.739
Empréstimos e financiamentos, líquidos do *swap*	**584.178**	**124.700**	**441.358**	**1.150.236**	**2.486.574**	**124.700**	**441.358**	**3.052.632**

Notas Explicativas

d) Condições Contratadas

		Condições de pagamento		
Empresas / Bancos	Juros	Vencimento	Principal e juros	Saldos em 31.03.2014
Moeda nacional				
Controladora				
Bank of America Merrill Lynch	98% do CDI	07.2014	Principal: 07.2013, 01.2014 e 07.2014 Juros: trimestrais	145.950
Nordic Investment Bank	IPCA + 3,55% a.a.	10.2022	Principal: trimestral a partir de 10.2015 Juros: trimestrais	154.416
BNDES	TJLP + 2,7% a.a. (a)	10.2023	Mensais	153.808
Bancos (Repasse BNDES) (b)	TJLP + 3,25% a.a. (a)	10.2023	Mensais	310.661
Bancos (Repasse Finame)	2,5% a.a. e 3,5% a.a.	01.2023	Principal: mensal a partir de 02.2015 Juros: trimestrais até 10.2015 e mensais a partir 02.2015	16.325
Controladas				
CEE				
BNDES	TJLP + 1,89% a.a. (a)	09.2029	Mensais	825.204
BNDES – Crédito Social (e)	TJLP	06.2018	Mensais	21.582
Bancos (Repasse BNDES) (b)	TJLP + 2,95% a.a. (a)	09.2029	Mensais	560.844
Hidropower (Banco do Brasil)	8,08% a.a. (c)	10.2017	Mensais	14.281
Beberibe (BNDES)	TJLP + 3,5% a.a. (a)	12.2023	Mensais	84.238
Pedra do Sal (BNDES)	TJLP + 1,92% a.a. (a)	12.2023	Mensais	57.002
Areia Branca (BNDES)	TJLP + 2,5% a.a. (a)	06.2024	Mensais	48.665
Ibitiúva				
BNDES (Subcrédito A e C)	TJLP + 2,05% a.a. (a)	01.2021	Mensais	24.502
BNDES (Subcrédito B) (d)	4,5% a.a.	01.2020	Mensais	24.590
Complexo Eólico Trairí (BNDES) (f)	TJLP + 2,51% (a)	07.2029	Mensais	352.976
Ferrari				
BNDES	TJLP + 1,91% a.a.	06.2021	Mensais	30.651
Bancos (Repasse BNDES)	TJLP + 3,40% a.a.	06.2021	Mensais	13.376

Continua na próxima página

(a) O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos.

(b) Os Bancos são os seguintes: Itaú Unibanco, Itaú BBA, Bradesco, Santander e Votorantim.

(c) Taxa fixa já considerando o bônus de adimplência de 15% para pagamento até a data de vencimento.

(d) Crédito destinado a financiar máquinas e equipamentos da Usina Ibitiúva.

(e) Crédito destinado a financiar exclusivamente projetos sociais e ambientais do empreendimento Estreito.

(f) Para financiamento do Complexo Eólico Trairi que compõe as seguintes empresas: Trairí, Mundaú, Guajiru e Fleixeiras I.

Continuação

		Condições de pagamento		
Moeda estrangeira				
BNP Paribas (Floating Rate Note)	*Euribor* + 2,75%a.a.	11.2015	Anuais	126.052
HSBC USA (g)	1,3882% a.a.	08.2015	Principal: 08.2015 Juros: trimestrais	209.512
HSBC USA (h)	1,429411% a.a.	03.2016	Principal: 03.2016 Juros: trimestrais a partir de 06.2014	232.356

(g) O empréstimo está totalmente protegido contra a variação do dólar norte americano através de uma operação de *swap* cambial em que a Companhia se torna passiva em uma taxa equivalente a 99,9% do CDI.

(h) O empréstimo está totalmente protegido contra a variação do dólar norte americano através de uma operação de *swap* cambial em que a Companhia se torna passiva em uma taxa equivalente a 97,0% do CDI.

e) Compromissos financeiros contratuais (*covenants*)

Os compromissos financeiros estabelecidos nos contratos de empréstimos e financiamentos estão sendo cumpridos pela Companhia.

15 – DEBÊNTURES

a) Composição

	Controladora e Consolidado	
	31.03.2014	**31.12.2013**
Circulante		
2ª Emissão – série única	170.324	166.706
Juros	10.462	7.366
	180.786	**174.072**

b) Mutação das debêntures

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31.12.2013	**174.072**
Juros no resultado	2.929
Variações monetárias	3.785
Saldo em 31.03.2014	**180.786**

Notas Explicativas

c) Condições contratadas

			Condições de Pagamento		
	Quantidade	Remuneração	Juros/variação monetária	Principal	Garantia
2ª Emissão - série única	35.000	IPCA [15] + 7% a.a.	Anualmente em 15.05	3 parcelas em 05.2012/13/14	Sem garantia

Os compromissos financeiros - *covenants* das debêntures estão sendo cumpridos pela Companhia.

16 – CONCESSÕES A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2014	31.12.2013	31.03.2014	31.12.2013
Usina Hidrelétrica Cana Brava	615.042	587.992	615.042	587.992
Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra	546.691	524.297	546.691	524.297
Usina Hidrelétrica São Salvador	447.890	439.539	447.890	439.539
Usina Hidrelétrica Estreito	-	-	44.195	43.341
	1.609.623	**1.551.828**	**1.653.818**	**1.595.169**
Classificação no balanço patrimonial				
Passivo circulante	48.295	47.397	52.765	51.763
Passivo não circulante	1.561.328	1.504.431	1.601.053	1.543.406
	1.609.623	**1.551.828**	**1.653.818**	**1.595.169**

A Companhia possui contratos de concessão onerosa com a União Federal para a Utilização do Bem Público (UBP) para a geração de energia nas seguintes usinas hidrelétricas: Cana Brava, Ponte de Pedra, São Salvador e Estreito. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e intenção das partes de executá-los integralmente.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxas de desconto de referência na data da assunção da obrigação, quais sejam: Cana Brava, São Salvador e Estreito - 10% a.a. e Ponte de Pedra - 8,28% a.a.

Durante a construção das usinas a atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária foi capitalizada no ativo imobilizado e, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado.

[15] Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

Notas Explicativas

a) Mutação

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2013	**47.397**	**1.504.431**	**1.551.828**	**51.763**	**1.543.406**	**1.595.169**
Juros no resultado	-	35.199	35.199	-	36.237	36.237
Variações monetárias	-	34.870	34.870	-	35.825	35.825
Transferências	13.172	(13.172)	-	14.415	(14.415)	-
Amortizações	(12.274)	-	(12.274)	(13.413)	-	(13.413)
Saldos em 31.03.2014	**48.295**	**1.561.328**	**1.609.623**	**52.765**	**1.601.053**	**1.653.818**

b) Vencimentos das concessões a pagar apresentadas no passivo não circulante

	Controladora	Consolidado
Abril a dezembro de 2015	33.729	36.822
2016	41.379	45.173
2017	37.625	41.073
2018	34.212	37.347
2019	39.454	42.304
2020 a 2024	480.733	491.537
2025 a 2029	569.602	576.307
2030 a 2034	310.252	314.414
2035 a 2038	14.342	16.076
	1.561.328	**1.601.053**

17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2014	31.12.2013	31.03.2014	31.12.2013
Imposto de renda	90.035	334.442	100.945	336.524
Contribuição social	31.753	103.412	34.368	104.553
	121.788	**437.854**	**135.313**	**441.077**
(-) Tributos federais a compensar	(9.245)	(6.267)	(16.371)	(6.911)
	112.543	**431.587**	**118.942**	**434.166**

As obrigações fiscais correntes são apresentadas líquidas dos ativos quando os referidos tributos corresponderem às mesmas entidades tributárias e há a intenção da administração da Companhia em quitá-los pelo valor líquido.

Notas Explicativas

18 – OUTRAS OBRIGAÇÕES FISCAIS E REGULATÓRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2014	31.12.2013	31.03.2014	31.12.2013
Tributos federais				
Pis e Cofins	1.224	11.765	3.064	12.581
INSS	4.343	3.184	4.707	3.955
Outros	1.575	1.807	1.594	1.850
	7.142	**16.756**	**9.365**	**18.386**
(-) Tributos federais a compensar	(4.540)	(5.077)	(4.627)	(5.390)
	2.602	**11.679**	**4.738**	**12.996**
Tributos estaduais				
ICMS a pagar	3.613	3.655	18.859	16.256
(-) Tributos estaduais a compensar	(1.983)	(1.988)	(1.983)	(1.989)
	1.630	**1.667**	**16.876**	**14.267**
Tributos municipais				
ISSQN[16]	631	654	838	1.701
Obrigações regulatórias				
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos	22.447	28.896	26.768	32.894
Taxa de fiscalização	877	903	1.065	1.069
	23.324	**29.799**	**27.833**	**33.963**
	28.187	**43.799**	**50.285**	**62.927**

As obrigações fiscais correntes são apresentadas líquidas dos ativos quando os referidos tributos corresponderem às mesmas entidades tributárias e há a intenção da administração da Companhia em quitá-los pelo valor líquido.

[16] Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

Notas Explicativas

19 – OBRIGAÇÕES VINCULADAS À AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTOS

	Consolidado	
	31.03.2014	**31.12.2013**
Ferrari Termoelétrica	61.282	-
Projeto Santa Mônica	3.985	3.895
Projeto Campo Largo – CLWP Fase I	12.816	12.524
	78.083	**16.419**
Classificação no balanço patrimonial		
Passivo circulante	77.313	3.573
Passivo não circulante	770	12.846
	78.083	**16.419**

Nesta rubrica estão classificadas as obrigações relacionadas à aquisição de investimentos cuja liquidação está condicionada ao cumprimento de algumas condições precedentes. A principal variação no trimestre refere-se à operação de compra da Ferrari Termoelétrica S.A.. Maiores detalhes estão descritos na Nota 10 – Investimentos.

20 – PROVISÕES FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

As ações e reclamações de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas que, na avaliação dos consultores jurídicos e da Administração da Companhia, se revestem de riscos prováveis de desembolso futuro estão provisionadas por valores julgados suficientes para a liquidação dos respectivos passivos.

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
Riscos prováveis:	**31.03.2014**	**31.12.2013**	**31.03.2014**	**31.12.2013**
Fiscais				
INSS	17.239	16.904	17.239	16.904
Outros	3.617	3.901	4.228	4.491
	20.856	**20.805**	**21.467**	**21.395**
Cíveis				
Tarifa de uso do sistema de transmissão	83.693	79.745	83.693	79.745
Contratos com fornecedores	26.658	26.661	26.658	26.661
Benefícios de aposentadoria	12.456	12.072	12.456	12.072
Ambientais	9.408	9.117	9.408	9.117
Doença ocupacional e acidente do trabalho	2.419	2.352	2.419	2.352
Desapropriações	21.791	20.991	21.791	20.991
Ações diversas	9.241	10.570	11.684	12.725
	165.666	**161.508**	**168.109**	**163.663**
Trabalhistas	**10.497**	**9.646**	**11.440**	**9.914**
Total	**197.019**	**191.959**	**201.016**	**194.972**
Classificação no balanço patrimonial				
Passivo circulante	14.159	14.305	14.990	15.136
Passivo não circulante	182.860	177.654	186.026	179.836
	197.019	**191.959**	**201.016**	**194.972**

Informações mais recentes sobre as provisões avaliadas como prováveis:

a.1) Riscos fiscais

- Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

Refere-se, substancialmente, a uma Notificação Fiscal de Lançamento de Débito (NFLD) recebida pelo não recolhimento de contribuição adicional ao Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) nas competências de abril de 1999 a março de 2004, em razão de suposta ausência de comprovação de fator de risco relacionado com o ambiente de trabalho. A Companhia defende que não há respaldo na legislação citada na referida notificação para as mencionadas competências, e que somente poderia ser cobrado o adicional de contribuição para o empregado que tivesse direito à aposentadoria especial, o que não é o caso no período em referência.

A Companhia aguarda o julgamento do recurso que interpôs nesse processo. O montante provisionado em 31.03.2014 é de R$ 15.007 (R$ 14.801 em 31.12.2013), na controladora e no consolidado.

a.2) Riscos cíveis

- Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST)

A ação visa ajustar a TUST paga pela UHE Ponte de Pedra ao montante equivalente ao cobrado de outra usina com características semelhantes. A Companhia provisiona a diferença entre o valor cobrado e o valor que entende ser devido, e contrata carta de fiança em garantia do valor controverso. No terceiro trimestre de 2013, foi proferida sentença de mérito julgando a ação parcialmente procedente, porém a Aneel e alguns agentes apelaram da decisão para o Tribunal de Justiça.

- Contratos com fornecedores – Companhia de Interconexão Energética (Cien)

Refere-se à ação ordinária de indenização ajuizada pela Cien requerendo o direito ao recebimento de diferença relativa à aplicação de reajuste cambial previsto no contrato de venda de energia, bem como a rescisão do mesmo por suposto descumprimento de cláusula contratual.

Em novembro de 2012 foi proferida sentença julgando improcedente o pedido da Cien. A mesma se opôs a essa sentença, via Embargos de Declaração, que não foram acolhidos, e interpôs Recurso de Apelação para o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), onde se aguarda a designação de relator. O montante relacionado a essa causa em 31.03.2014 é de R$ 24.335 (R$ 23.665 em 31.12.2013), na controladora e no consolidado.

Notas Explicativas

b) Riscos possíveis e remotos

A Companhia é parte em outros processos judiciais que na avaliação de seus consultores jurídicos e da Administração da Companhia não apresentam risco provável de desembolso futuro. Os valores relativos a esses processos, abaixo mencionados, não são provisionados, sendo apenas mencionados em notas explicativas.

	Controladora					
	31.03.2014			31.12.2013		
	Risco possível	Risco remoto	Total	Risco possível	Risco remoto	Total
Fiscais	229.962	276.171	506.133	227.760	271.796	499.556
Cíveis	16.948	724	17.672	16.409	455	16.864
Trabalhistas	5.294	23.758	29.052	8.098	23.932	32.030
	252.204	**300.653**	**552.857**	**252.267**	**296.183**	**548.450**

	Consolidado					
	31.03.2014			31.12.2013		
	Risco possível	Risco remoto	Total	Risco possível	Risco remoto	Total
Fiscais	287.526	292.205	579.731	290.421	285.120	575.541
Cíveis	43.392	881	44.273	42.550	607	43.157
Trabalhistas	7.392	28.113	35.505	10.103	23.932	34.035
	338.310	**321.199**	**659.509**	**343.074**	**309.659**	**652.733**

b.1) Riscos fiscais possíveis

Os principais riscos de natureza fiscal avaliados pela Companhia e seus assessores jurídicos como sendo de risco possível são os seguintes:

- Denúncia espontânea

O Código Tributário Nacional (CTN) contém dispositivo que permite o recolhimento de tributos em atraso sem a aplicação de multa de mora, através de "denúncia espontânea", desde que efetuado antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização. Ocorre que a Receita Federal do Brasil (RFB) não vem aceitando recolhimentos fora do prazo sem a correspondente multa de mora.

Para garantir seu direito nesta situação, a Companhia apresenta impugnações administrativas e, quando necessário, judiciais. Em 18.05.2012, a RFB cientificou a Companhia de Acórdão proferido pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), conferindo decisão favorável à Companhia, por unanimidade de votos.

A discussão envolvia o valor de R$ 495. Apesar do valor não ser muito expressivo, a decisão é importante como novo precedente administrativo, o que poderá dispensar a busca do judiciário para garantia do direito legal da Companhia nos novos processos.

O montante das notificações atualizadas em 31.03.2014 é de R$ 58.693 (R$ 57.927 em 31.12.2013) na controladora e no consolidado.

Notas Explicativas

- Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)

A Companhia e sua controlada TBLC foram autuadas pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, sob a alegação de que as notas fiscais de venda de energia elétrica a consumidores livres são emitidas no mês seguinte ao do fato gerador. Pelo entendimento do fisco, essa prática posterga em um mês o recolhimento do imposto devido ao Estado.

A medição da energia utilizada pelo cliente é realizada pela distribuidora à qual o mesmo está conectado. Posteriormente, a distribuidora remete as informações para a CCEE, entidade responsável pelos ajustes dessa medição, a fim de possibilitar a contabilização da energia comercializada pelo agente.

O procedimento de medição é concluído até o oitavo dia do mês seguinte ao fornecimento, portanto, somente a partir disponibilização do consumo medido pela distribuidora é possível faturar a energia consumida pelo cliente.

Em relação aos dois processos atribuídos à controlada TBLC foi apresentado recurso ao Tribunal de Impostos e Taxas que reduziu o montante e a multa em um dos processos e manteve os valores originalmente atribuídos ao outro.

Após esta decisão, a TBLC ingressou com pedido de retificação e a admissibilidade do Recurso Especial nos dois processos. Para ambos foi negado provimento ao pedido, bem como indeferido o Recurso. Em relação aos processos cujos recursos na esfera administrativa não foram admitidos, a TBLC ingressou com Ação judicial inclusive efetuando a garantia do juízo via fiança bancária em ambos os autos, sendo que em um dos processos a Companhia obteve liminar deferida e o outro se encontra pendente de julgamento.

Existem, também, dois processos aplicados à Tractebel Energia, sendo que em ambos houve a redução do valor da multa, porém a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ingressou com recurso contra esta redução. Diante desta situação, a Companhia interpôs um pedido de retificação do julgado e recurso especial com o objetivo de obter decisão integral favorável ao cancelamento das inscrições descritas nos autos, os quais estão no aguardo de admissibilidade por parte do juízo.

Apesar do êxito parcial das defesas apresentadas pela Companhia, a administração e seus consultores entendem que a totalidade dos lançamentos está comprometida por erro de apuração e embasamento legal, onde a possibilidade de ganho supera o risco de perda.

Os referidos autos de infração estão sendo contestados pela Companhia juntamente com seus advogados. O montante atualizado desses autos em 31.03.2014 é de R$ 16.635 (R$ 16.389 em 31.12.2013), na controladora, e de R$ 64.390 (R$ 63.230 em 31.12.2013), no consolidado.

Ainda que eventualmente se mantenham parcialmente os autos de infração, a Administração da Companhia e seus advogados entendem que o passivo contingente seria inferior a 10% do lançado pela fiscalização, que adotou critérios de apuração sem embasamento legal, o que reduziria substancialmente o valor anteriormente informado.

Notas Explicativas

- Compensação de base negativa na sucessão e dispensa de multa em denúncia espontânea

Em junho de 2008, a Companhia obteve decisão favorável da Delegacia de Julgamento em Florianópolis, relativamente à parte do auto de infração emitido pela RFB, em virtude da utilização de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) no ano-calendário de 2003, originada de operação de incorporação. Nesse auto, o fisco também exigiu o pagamento de tributos quitados em atraso pela Companhia sem a incidência de multa, através de compensação com créditos tributários existentes, com fundamento no instituto da denúncia espontânea prevista no artigo 138 do CTN.

Os valores referentes à base negativa de CSLL são provenientes de incorporação de empresa, ocorrida em 29.04.1998 e utilizados em data posterior à modificação introduzida na legislação tributária através da Medida Provisória (MP) nº 2.158-35, de 2001, que vedou a utilização de bases negativas decorrentes de incorporação, fusão ou cisão de empresas.

Como a incorporação se deu muito antes da vedação imposta pela referida MP, quando ainda era possível aproveitar a base negativa de CSLL da sucedida, a Companhia entende que a nova regra não alcança a incorporação levada a efeito. Os valores foram integrados ao seu patrimônio, na qualidade de sucessora, o que lhe garante o direito de utilizá-los. Tais argumentos foram acatados pela Delegacia de Julgamento de Florianópolis.

No que respeita à quitação de tributos vencidos sem a incidência de multa e com a utilização de créditos tributários, antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, a Companhia entende que tal situação se enquadra no instituto da denúncia espontânea prevista no artigo 138 do CTN. Contudo, tal entendimento não foi acatado pela Delegacia de Julgamento de Florianópolis.

O processo encontra-se em tramitação no CARF, por parte da RFB, e com recurso voluntário da Companhia versando exclusivamente acerca da questão da não incidência da multa de mora. O montante atualizado dessa autuação em 31.03.2014 é de R$ 31.067 (R$ 30.736 em 31.12.2013), na controladora e no consolidado.

- Recuperação de Pis e Cofins – CCC/CDE

Conforme exposto adiante no rol de processos classificados como riscos remotos, sob este mesmo título, em que o mérito está relacionado à não caracterização do registro contábil como receita, em 22.01.2014, a Companhia foi comunicada, por intimação, de que o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais julgou 12 dos 16 processos, que se encontram naquele órgão, referentes a Pis e Cofins compensados com outros tributos federais, relativamente a valores recolhidos indevidamente sobre rubrica contábil denominada "Receita de Subvenção CCC", destinada ao registro do consumo de combustível fóssil adquirido com recursos da Conta de Consumo de Combustível (CCC), no período de fevereiro de 2004 a dezembro de 2005. Por esta razão, o valor de R$ 23.990, na controladora e no consolidado, relativo aos 16 processos, foi classificado como risco possível. Em razão das decisões desfavoráveis nos processos mencionados anteriormente, foi adicionado ao risco possível o montante de R$ 72.328, na controladora e no consolidado, referente aos 15 processos que se encontram pendentes de decisão na Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Florianópolis.

Notas Explicativas

b.2) Riscos fiscais remotos

Os principais riscos de natureza fiscal avaliados pela Companhia e seus assessores jurídicos como sendo de risco remoto são os que seguem:

- Recuperação de Pis e Cofins – CCC/CDE

Em 1998 foi publicada a Lei nº 9.718/98 ampliando a base de cálculo do Pis e da Cofins que, até então, incidiam apenas sobre o faturamento das empresas.

A Companhia questionou judicialmente a constitucionalidade da referida Lei, logrando êxito na demanda, em 01.09.2006, o que lhe permitiu compensar as contribuições calculadas sobre as receitas diversas das decorrentes de faturamento, relativamente ao período de apuração de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, para o Pis, e de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, para a Cofins.

O principal valor computado na base de cálculo do Pis e da Cofins, objeto de questionamento, referia-se à rubrica contábil denominada "Receita de Subvenção CCC", destinada ao registro do consumo de combustível fóssil adquirido com recursos da Conta de Consumo de Combustível (CCC)" (Subvenção CCC).

Os combustíveis fósseis para geração de energia termoelétrica são adquiridos com recursos da CCC, sob a administração da Eletrobras, não representando, portanto, ônus para as geradoras.

A sistemática de contabilização prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico definia que o consumo de tais combustíveis fosse reconhecido como custo de operação em contrapartida de receita de Subvenção CCC.

Ao constatar que a forma de contabilização não era adequada, porquanto, o combustível não constituía ônus das geradoras, não sendo apropriado seu reconhecimento como custo e, concomitantemente, receita, a ANEEL procedeu à alteração do Manual de Contabilidade para, a partir do exercício social de 2006, refletir a contrapartida em conta retificadora dos custos de operação e não mais como receita. Essa alteração está fortemente fundamentada em Notas Técnicas emitidas por aquela Agência.

Em razão do reconhecimento, pela ANEEL, de que o procedimento contábil até então adotado estava inadequado e, consequentemente, a base de cálculo do Pis e da Cofins continha valores que não possuíam natureza de receita, a Companhia compensou, também, os valores recolhidos a maior relativamente ao período de 2004 a 2005.

Em 2009, a Receita Federal do Brasil (RFB) intimou a Companhia a recolher o valor de R$ 135.982 referente ao período de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, já incluídos os juros e multas, alegando que a Subvenção CCC representa faturamento, sendo obrigatória a sua inclusão na base de cálculo do Pis e da Cofins no período mencionado e que, portanto, era indevida a compensação efetuada.

A impugnação referente a esse auto de infração encontra-se aguardando julgamento da Delegacia da Receita Federal em Julgamento de Florianópolis (DRJ). O montante atualizado em 31.03.2014 é de R$ 158.789 (R$ 157.891 em 31.12.2013), na controladora e no consolidado.

Na avaliação da administração e dos consultores jurídicos da Companhia, os argumentos da Receita Federal do Brasil não procedem, porquanto o conceito atribuído à sistemática da Subvenção da CCC, para fins de contabilização de combustíveis fósseis consumidos pelos agentes geradores de energia elétrica não era compatível com a natureza jurídica de receita.

Dessa forma, em relação ao período retro comentado, cujo mérito está associado à não caracterização da contrapartida do lançamento contábil referente ao consumo de combustíveis fósseis de responsabilidade da CCC como faturamento, a administração e os consultores jurídicos da Companhia consideram que o risco de perda é remoto.

Em relação ao período compreendido entre fevereiro de 2004 e dezembro de 2005, a RFB expediu 31 autos de infração, cujo montante, em 31.03.2014, é de R$ 96.318 (R$ 95.927 em 31.12.2013), que corresponde a uma parte do valor compensado, sob a alegação de que, não obstante a alteração introduzida no Manual de Contabilidade pela ANEEL, o consumo de combustível fóssil de responsabilidade da CCC tem natureza de receita. A companhia apresentou manifestação de inconformidade em relação a todos os processos.

Dos 31 processos, 16 encontram-se Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), que já julgou 11 processos, no montante de R$ 6.812, pela manutenção do lançamento do fisco. Um processo foi favorável a Empresa, por unanimidade de votos do colegiado, que anulou o Despacho Decisório, no valor de R$ 115. Os 4 processos pendentes de julgamento no CARF totalizam R$ 17.063. Considerando que o CARF consignou entendimento em desacordo com o princípio da verdade material, negando a análise de documentos acostados aos autos que comprovariam a regularidade das informações prestadas ao Fisco Federal e a inexistência de receita nos lançamentos contábeis, em dissonância com entendimento jurisprudencial pacífico firmado naquela corte, a Companhia ingressou com Recurso Especial na Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF). Os 15 processos remanescentes, no montante de R$ 72.328, aguardam decisão da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Florianópolis (DRJ).

No que concerne a este segundo período, em que o mérito está associado à não caracterização do lançamento contábil como receita, em razão do julgamento desfavorável à Companhia em 11 processos, cuja intimação foi recebida em 22.01.2014, o risco foi classificado como possível. A Companhia aguarda o julgamento dos processos.

21 – OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A Companhia, através da PREVIG - Sociedade de Previdência Complementar, concede aos seus empregados planos de benefícios de previdência complementar. A PREVIG é uma entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, patrocinada pela Companhia, na condição de sua Instituidora, e por outras empresas do grupo GDF SUEZ estabelecidas no Brasil. Os planos de benefícios administrados pela PREVIG são de Contribuição Definida (CD) e de Benefício Definido (BD), este último fechado para novas adesões.

A Companhia patrocina ainda o plano BD da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS), também fechado para novas adesões. Esse plano tem como participantes, principalmente, os aposentados que entraram em gozo de benefícios até 23.12.1997, data da cisão da Eletrosul, bem como os participantes que optaram pelo benefício proporcional diferido até aquela data, que não migraram para a PREVIG.

Notas Explicativas

a) Plano de Benefício Definido (BD)

A composição das obrigações com benefícios de aposentadoria da Companhia é apresentada na tabela abaixo:

	Controladora e Consolidado					
	31.03.2014			31.12.2013		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Obrigações contratadas						
Contrato de confissão de dívidas passadas	18.704	84.157	102.861	21.535	55.548	77.083
Déficit não contratado						
Contribuições correntes e Cobertura de custos	453	-	453	872	-	872
Déficit não contratado	9.694	103.711	113.405	6.444	134.120	140.564
Passivo atuarial registrado	**28.851**	**187.868**	**216.719**	**28.851**	**189.668**	**218.519**

As obrigações com benefícios de aposentadoria reconhecidas no balanço patrimonial estão parcialmente cobertas por obrigações contratadas e/ou reconhecidas através de instrumento de confissão de dívida e de termo de acordo firmados pela Companhia com as respectivas Fundações.

As dívidas contratadas são atualizadas pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) e, sobre as mesmas, incidem juros de 6% a.a. A expectativa de realização dos valores contratados apresentados no passivo não circulante é a seguinte:

	ELOS	PREVIG	Total
Abril a dezembro de 2015	2.707	1.500	4.207
2016	3.977	2.068	6.045
2017	4.216	2.192	6.408
2018	4.469	2.324	6.793
2019	4.738	2.463	7.201
2020 a 2024	25.131	8.406	33.537
2025 a 2029	17.405	-	17.405
2030 a 2033	2.561	-	2.561
	65.204	**18.953**	**84.157**

Notas Explicativas

A movimentação das "Obrigações com benefícios de aposentadoria", por plano, está resumida a seguir:

	Plano ELOS BD	Plano PREVIG BD	Plano PREVIG BSPS	GC	Total
Passivo registrado em 31.12.2013	**210.026**	**5.847**	**-**	**2.646**	**218.519**
Custo do serviço corrente	-	9	-	20	29
Juros sobre o passivo, líquido dos ativos	6.087	99	(8)	65	6.243
Contribuições	-	(580)	-	-	(580)
Pagamentos de obrigações contratadas	(6.544)	(852)	(96)	-	(7.492)
Passivo registrado em 31.03.2014	**209.569**	**4.523**	**(104)**	**2.731**	**216.719**

A despesa líquida a ser reconhecida no resultado de abril a dezembro de 2014, relativamente ao plano de benefícios definidos e à gratificação de confidencialidade, é composta como segue:

	Plano ELOS BD	Plano PREVIG BD	Plano PREVIG BSPS	GC	Total
Custo do serviço corrente	-	27	-	61	88
Juros sobre o passivo, líquido dos ativos	18.263	295	(24)	197	18.731
Despesa líquida	**18.263**	**322**	**(24)**	**258**	**18.819**

a.1) Benefício de gratificação de confidencialidade

Consiste no pagamento de uma remuneração aos empregados da carreira gerencial, por ocasião do término do seu vínculo empregatício.

b) Plano de Contribuição Definida (CD)

Além do plano de benefício definido, a PREVIG administra o plano tipo contribuição definida, onde o custeio dos benefícios é constituído por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia corresponde ao mesmo valor da contribuição básica de seus empregados, limitada a aproximadamente 7% da remuneração do empregado.

22 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, conforme segue:

	Controladora				
	31.03.2014				31.12.2013
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IR	CS	Total	Total
Passivo:					
Custo atribuído ao imobilizado (valor justo)	829.247	207.312	74.632	281.944	288.059
Ganho não realizado em operações de *swap*	56.732	14.183	5.106	19.289	48.076
Venda de energia no MAE (atual CCEE)	107.456	26.864	9.671	36.535	36.535
Depreciação acelerada incentivada	53.335	13.334	4.800	18.134	16.028
Valor justo de concessão a pagar	45.202	11.301	4.068	15.369	15.557
Outros	335	84	30	114	-
Subtotal		**273.078**	**98.307**	**371.385**	**404.255**
Ativo:					
RIC [17]	120.073	30.018	-	30.018	30.928
Obrigações com benefícios de aposentadoria	113.687	28.422	10.232	38.654	38.899
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	131.806	32.952	11.863	44.815	44.815
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	188.752	47.188	16.988	64.176	62.455
Provisão para redução ao valor recuperável	65.944	16.486	5.935	22.421	23.358
Ajuste a valor justo em combinação de negócios	92.191	23.048	8.297	31.345	30.626
Provisão para débito na CCEE (CNPE 03)	46.354	11.589	4.172	15.761	15.761
Ajuste a valor presente de valores a receber	13.875	3.469	1.249	4.718	4.718
Outros	39.174	9.794	3.526	13.320	11.653
Subtotal		**202.966**	**62.262**	**265.228**	**263.213**
Total líquido		**70.112**	**36.045**	**106.157**	**141.042**

[17] Remuneração das Imobilizações em Curso

Notas Explicativas

Natureza dos créditos	Consolidado				
	31.03.2014				31.12.2013
	Base de cálculo	IR	CS	Total	Total
Passivo:					
Custo atribuído ao imobilizado (valor justo)	829.247	207.312	74.632	281.944	288.059
Ganho não realizado em operações de *swap*	56.732	14.183	5.106	19.289	48.076
Venda de energia no MAE (atual CCEE)	107.456	26.864	9.671	36.535	36.535
Valor justo de concessão a pagar	45.202	11.301	4.068	15.369	15.557
Depreciação acelerada incentivada	129.855	32.464	11.687	44.151	42.044
Outros	335	84	30	114	-
Subtotal		**292.208**	**105.194**	**397.402**	**430.271**
Ativo:					
Remuneração das Imobilizações em Curso (RIC)	120.073	30.018	-	30.018	30.928
Obrigações com benefícios de aposentadoria	113.687	28.422	10.232	38.654	38.899
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	133.943	33.486	12.055	45.541	45.535
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	191.579	47.895	17.242	65.137	63.330
Provisão para redução ao valor recuperável	65.944	16.486	5.935	22.421	23.358
Provisão para débito na CCEE (CNPE 03)	54.152	13.538	4.874	18.412	18.412
Prejuízo fiscal e base negativa de contrib. social	32.340	8.085	2.928	11.013	-
Ajuste a valor justo em combinação de negócios	92.191	23.048	8.297	31.345	30.626
Ajuste a valor justo do ativo imobilizado	43.343	10.836	3.901	14.737	14.968
Ajuste a valor presente de valores a receber	13.875	3.469	1.249	4.718	4.718
Outros	44.513	11.128	4.006	15.134	13.409
Subtotal		**226.411**	**70.719**	**297.130**	**284.183**
Total líquido		**65.797**	**34.475**	**100.272**	**146.088**
Classificação no balanço patrimonial					
Passivo		78.606	39.086	117.692	163.663
Ativo		(12.809)	(4.611)	(17.420)	(17.575)
Total		**65.797**	**34.475**	**100.272**	**146.088**

Apresentação dos tributos diferidos

A Companhia está apresentando os tributos diferidos passivos, líquidos dos ativos, quando esses corresponderem às mesmas entidades tributárias e houver o direito executável e a intenção da Administração da Companhia de liquidá-los pelo valor líquido.

Expectativa de realização

O horizonte de realização do ativo e de exigibilidade do passivo foi estimado conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Abril a dezembro de 2014	14.708	37.891	27.959	37.891
2015	59.198	19.058	61.594	19.058
2016	27.560	19.142	28.656	19.142
2017	14.123	19.771	15.210	19.771
2018	80.284	18.227	81.251	18.227
2019 a 2021	21.283	105.399	26.744	105.399
2022 a 2024	7.647	64.179	10.200	69.057
2025 em diante	40.425	87.718	45.516	108.857
	265.228	**371.385**	**297.130**	**397.402**

23 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R$ 5.000.000, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. De acordo com o regulamento de listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, a Companhia não poderá emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias.

b) Capital social subscrito e integralizado

O capital social da Companhia, em 31.03.2014 e 31.12.2013, é de R$ 2.445.766, totalmente subscrito e integralizado, representado por 652.742.192 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O valor patrimonial da ação em reais, em 31.03.2014, é de R$ 8,66 (R$ 8,21 por ação em 31.12.2013).

O quadro societário da Companhia em 31.03.2014 e 31.12.2013 é o seguinte:

Acionistas	% do Capital
GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA)	68,71
Banco Clássico S.A.	10,00
Outros acionistas	21,29
	100,00

Em 31.03.2014 e 31.12.2013, a quantidade de ações da Companhia em poder do acionista controlador GSELA era de 448.512.633. Nestas mesmas datas os administradores da Companhia possuíam 376.132 e 309.632 ações.

c) Outros resultados abrangentes

Referem-se aos ganhos ou perdas atuariais na rubrica "Outros resultados abrangentes", no Patrimônio Líquido, a partir de 01.01.2013, de acordo com o CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados - equivalente à norma internacional IAS 19 revisada.

Notas Explicativas

24 – CONCILIAÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Em atendimento às exigências do CPC 30 - Receitas, a tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita líquida de vendas:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2014	31.03.2013	31.03.2014	31.03.2013
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Distribuidoras de energia elétrica	512.138	473.648	766.354	768.491
Comercializadoras de energia elétrica	405.510	329.485	83.858	74.943
Consumidores livres	60.195	50.992	601.182	517.506
Transações no mercado de curto prazo	239.647	174.281	346.907	176.744
Outras receitas	14.139	13.552	9.889	15.505
	1.231.629	**1.041.958**	**1.808.190**	**1.553.189**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL				
Pis e Cofins	(107.965)	(83.685)	(155.607)	(130.231)
ICMS	(5.213)	(5.760)	(5.213)	(21.960)
ISS	(333)	(327)	(333)	(327)
Pesquisa e desenvolvimento	(3.839)	(8.810)	(3.995)	(9.790)
	(117.350)	**(98.582)**	**(165.148)**	**(162.308)**
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	**1.114.279**	**943.376**	**1.643.042**	**1.390.881**

25 – DETALHAMENTO DOS GASTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA

Custos de produção de energia elétrica e dos serviços prestados:

	Custo da Energia vendida				Custo dos Serviços prestados	
	Controladora		Consolidado		Controladora e consolidado	
	31.03.2014	31.03.2013	31.03.2014	31.03.2013	31.03.2014	31.03.2013
Pessoal	40.331	37.661	41.367	38.198	4.107	4.674
Serviço de terceiro	21.840	21.603	28.080	28.043	808	1.114
Material	5.996	5.879	6.720	6.655	252	199
Combustível para geração	45.854	23.837	50.567	27.564	-	-
Royalties [18]	33.977	19.875	40.900	27.322	-	-
Depreciação e amortização	96.177	88.581	145.748	138.696	-	-
Seguros	2.615	2.548	3.206	3.499	83	93
Taxa de fiscalização	2.630	2.591	3.184	3.206	-	-
Outros	3.086	2.252	3.810	2.963	244	131
	252.506	**204.827**	**323.582**	**276.146**	**5.494**	**6.211**

[18] Compensação pela utilização de recursos hídricos.

Despesas com vendas e gerais e administrativas:

	Vendas				Gerais e administrativas			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31.03.2014	31.03.2013	31.03.2014	31.03.2013	31.03.2014	31.03.2013	31.03.2014	31.03.2013
Pessoal	1.894	1.531	1.894	1.531	16.434	16.132	16.738	16.466
Administradores	-	-	-	-	5.026	4.380	5.672	4.631
Serviço de terceiro	55	147	938	843	8.060	8.440	8.542	8.943
Material	1	4	1	4	425	340	429	341
Depreciação e amortização	-	-	-	-	1.961	2.458	1.965	2.465
Aluguéis	56	65	56	65	1.506	1.356	1.663	1.524
Propaganda e publicidade	-	-	-	-	567	770	567	770
Contribuições e doações	833	1.021	1.310	1.584	1.466	940	1.548	1.027
Outros	-	-	198	-	3.401	3.287	3.489	3.120
	2.839	**2.768**	**4.397**	**4.027**	**38.846**	**38.103**	**40.613**	**39.287**

26 – RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2014	31.03.2013	31.03.2014	31.03.2013
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	16.099	12.322	22.856	16.672
Renda de depósitos vinculados	744	170	2.837	1.813
Juros sobre valores a receber	1.424	1.829	1.431	2.426
Variação monetária sobre depósitos judiciais	2.670	2.099	2.704	2.143
Outras receitas financeiras	3.645	1.408	3.815	1.461
	24.582	**17.828**	**33.643**	**24.515**
Despesas financeiras				
Juros sobre:				
Empréstimos e financiamentos	21.973	9.843	57.321	48.430
Debêntures	2.929	5.448	2.929	5.448
Concessões a pagar	35.199	21.355	36.237	32.281
Obrigações com benefícios de aposentadoria	6.243	4.967	6.243	4.967
Provisões	2.818	2.417	2.851	2.444
Variação Monetária sobre:				
Empréstimos e financiamentos	3.434	2.159	3.434	2.159
Debêntures	3.785	7.084	3.785	7.084
Concessões a pagar	34.870	10.525	35.825	19.495
Provisões	2.678	2.400	2.750	2.439
Variação cambial de empréstimos	(4.411)	(6.750)	(4.411)	(6.750)
Outras despesas financeiras	5.661	4.174	7.047	5.010
	115.179	**63.622**	**154.011**	**123.007**
Despesas financeiras, líquidas	**90.597**	**45.794**	**120.368**	**98.492**

Notas Explicativas

27 – CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	Controladora			
	31.03.2014		31.03.2013	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	**407.463**	**407.463**	**607.414**	**607.414**
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa às alíquotas nominais	**(101.866)**	**(36.672)**	**(151.854)**	**(54.667)**
Tributos sobre diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	12.668	4.560	14.314	5.153
Incentivos fiscais	3.722	-	5.094	-
Outros	(732)	(94)	(625)	(117)
	(86.208)	**(32.206)**	**(133.071)**	**(49.631)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(111.618)	(41.681)	(126.940)	(47.752)
Diferido	25.410	9.475	(6.131)	(1.879)
	(86.208)	**(32.206)**	**(133.071)**	**(49.631)**
Alíquota efetiva	**21,2%**	**7,9%**	**21,9%**	**8,2%**

	Consolidado			
	31.03.2014		31.03.2013	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	**426.058**	**426.058**	**630.889**	**630.889**
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa às alíquotas nominais	**(106.515)**	**(38.345)**	**(157.722)**	**(56.780)**
Tributos sobre diferenças permanentes:				
Diferença entre as bases de cálculo do lucro real e presumido	2.565	812	3.636	1.191
Incentivos fiscais	3.750	-	5.094	-
Outros	539	367	(1.133)	(298)
	(99.661)	**(37.166)**	**(150.125)**	**(55.887)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(133.096)	(49.548)	(144.269)	(54.108)
Diferido	33.435	12.382	(5.856)	(1.779)
	(99.661)	**(37.166)**	**(150.125)**	**(55.887)**
Alíquota efetiva	**23,4%**	**8,7%**	**23,8%**	**8,9%**

28 – GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão de risco

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação e monitoramento de riscos dos seus negócios, mantém o Comitê de Gerenciamento de Riscos, a quem cabe: (i) promover internamente a conscientização para o tratamento do risco; (ii) definir metas e diretrizes para o seu gerenciamento; (iii) promover e sugerir melhorias nos processos de sua avaliação; e (iv) classificar e definir os procedimentos de seu controle.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos:

a.1) Risco de mercado

O objetivo da utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e suas controladas é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Estes riscos são monitorados pelo Comitê Financeiro, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõem estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou relacionado a quaisquer outros instrumentos de risco.

Não houve qualquer mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na administração e mensuração desses riscos no período de 3 meses findo em 31.03.2014, além do observado na transação a seguir mencionada.

Operação de *hedge* de valor justo

Conforme mencionado na Nota 14 – Empréstimos e Financiamentos, em março de 2014, concomitantemente à contratação do empréstimo obtido junto ao HSBC USA, a Companhia contratou uma operação de *swap* com a subsidiária brasileira do HSBC (HSBC Brasil) para proteger a totalidade dos pagamentos futuros de principal e juros, inclusive o imposto de renda incidente sobre os seus pagamentos, das oscilações do dólar norte americano e da taxa de juros. As liquidações de ambos os instrumentos ocorrerão exatamente nas mesmas datas, semelhante à contratação ocorrida em agosto de 2013, também com o HSBC USA.

Em função das características dos referidos instrumentos financeiros, a Companhia aplicou as regras de contabilidade de *hedge* de valor justo para o registro dos mesmos. Desta forma, tanto o instrumento de *hedge* (*swap*) quanto o empréstimo objeto do *hedge* são mensurados pelo valor justo em contrapartida do resultado, protegendo integralmente a Companhia das oscilações do dólar norte americano.

Notas Explicativas

Em 31.03.2014 os valores dos instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e a valor justos são os seguintes:

Instrumento financeiro	Valor de referência	Juros	Custo Amortizado	Ajuste a valor Justo	Saldo Contábil
Empréstimos					
HSBC USA	US$ 90.000	1,18% a.a. + 15% (IR) = 1,3882% a.a.	203.992	371	204.363
Swap					
Posição ativa	US$ 90.000	1,3882% a.a.	(203.992)	(371)	(204.363)
Posição passiva	R$ 207.315	99,9% do CDI	209.542	(30)	209.512
Resultado do *swap*			**5.550**	**(401)**	**5.149**
HSBC USA	US$ 100.000	1,215% a.a. + 15% (IR) = 1,429411% a.a.	226.489	3.982	230.471
Swap					
Posição ativa	US$ 100.000	1,429411% a.a.	(226.489)	(3.982)	(230.471)
Posição passiva	R$ 230.940	97,0% do CDI	232.283	73	232.356
Resultado do *swap*			**5.794**	**(3.909)**	**1.885**

- Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros e índices flutuantes e de variação de cotação de moeda estrangeira

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08 e para fins de referência, está sendo apresentada a seguir uma análise de sensibilidade dos empréstimos, financiamentos, debêntures e concessões a pagar expostos a riscos da variação de taxas de juros, índices flutuantes e de variação de cotação de moedas estrangeiras.

O cenário-base provável para 31.03.2015 foi definido através das seguintes premissas disponíveis no mercado:

	Posição	Cenário	Sensibilidade		
	31.03.2014	Provável	Provável	Δ + 25%(*)	Δ + 50%(*)
Variação das taxas de juros e índices:					
- TJLP	5,00%	5,00%	-	**1**,25 p.p.	2,50 p.p.
- CDI	10,55%	11,25%	+0,70 p.p.	3,00 p.p.	6,09 p.p.
- IPCA	6,15%	6,14%	-0,01 p.p.	**1**,54 p.p.	3,07 p.p.
- IGP-M	7,30%	6,12%	-1,18p.p.	**1**,53 p.p.	3,06 p.p.
Variação de moeda:	**Cotação da moeda**				
- Euro	3,12	3,39	+8,71%	4,24	5,08

(*) Variações sobre o cenário provável.

Notas Explicativas

A sensibilidade provável foi calculada com base na variação entre os índices vigentes em 31.03.2014 (TJLP), ou os índices efetivados nos últimos doze meses (CDI, IPCA e IGP-M), e as previsões destes no cenário provável para 31.03.2015. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base na variação de 25% e 50% sobre o cenário provável. Os efeitos adicionais que poderão ser causados no resultado financeiro consolidado da Companhia, caso os cenários se materializem, são os seguintes:

Risco nas variações das taxas de juros e índices flutuantes:

	Saldo em	Sensibilidade		
	31.03.2014	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Empréstimos e financiamentos				
- TJLP	2.483.509	-	(27.156)	(57.149)
- CDI	145.950	(245)	(1.038)	(2.085)
- IPCA	154.416	16	(2.421)	(4.841)
		(229)	**(30.615)**	**(64.075)**
Empréstimo com *hedge*				
- CDI	441.868	(2.710)	(11.469)	(23.039)
Debêntures				
- IPCA	180.786	2	(328)	(653)
Concessões a pagar				
- IGP-M	1.161.733	4.852	(17.978)	(35.956)
- IPCA	492.085	65	(7.444)	(14.887)
		4.917	**(25.422)**	**(50.843)**
Total		**1.980**	**(67.834)**	**(138.610)**

A variação anual da taxa flutuante *Euribor*, em 31.03.2014, foi de 0,54 p.p. e o saldo do passivo financeiro indexado a esta taxa de juros na mesma data é de R$ 126.052. Eventuais variações dessa taxa não resultariam em impactos significativos no resultado financeiro da Companhia, motivo pelo qual os seus efeitos não foram apresentados na análise de sensibilidade anteriormente demonstrada.

Risco na variação cambial:

	Saldo em	Sensibilidade		
	31.03.2014	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Empréstimos e financiamentos				
- Euro	**126.052**	**(11.205)**	**(35.017)**	**(70.019)**

Não foi calculada sensibilidade para a variação cambial dos empréstimos em dólar norte americano integralmente coberto por operações de *hedge*.

a.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

Notas Explicativas

a.3) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as aplicações financeiras e as vendas de energia.

- Riscos relacionados às aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas obedecem à alocação de no mínimo 90% dos recursos em Títulos Públicos Federais - na modalidade de compra final e/ou operações compromissadas - e no máximo 10% dos recursos em Títulos Privados - aquisições de CDBs de bancos elegíveis e ainda operações compromissadas com lastro em debêntures emitidas por empresas de *leasing* controladas por bancos elegíveis.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de recebimento dos recursos. Os mesmos devem atender aos dois seguintes parâmetros: (i) Patrimônio Líquido de no mínimo R$ 1 bilhão; e (ii) *rating* no mínimo equivalente a AA- (S&P e Fitch) ou Aa3 (Moody's), em escala nacional.

Os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.03.2014 esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do governo brasileiro, todos com liquidez diária e pós-fixados, atrelados à variação da Selic.

De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos em decorrência de uma eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

A "Política de Investimentos e Derivativos" impõe fortes restrições à realização de operações com derivativos e determina o monitoramento contínuo das exposições no caso de contratação de operação desse tipo. As operações de *swap*, mencionadas na Nota 14 – Empréstimos e Financiamentos, foram realizadas com a mesma contraparte dos respectivos empréstimos e com o objetivo exclusivo de proteção contra o risco cambial e de fluxo de caixa dos empréstimos.

- Riscos relacionados à venda de energia

Nos contratos de longo prazo firmados com distribuidoras, inclusive os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), a Companhia minimiza o seu risco de crédito através da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

Como forma de minimizar o risco de crédito nos contratos de venda de energia elétrica para consumidores livres, comercializadoras e geradoras, a Companhia exige em garantia padrão a fiança bancária e o CDB caucionado. Para aquelas contrapartes que queiram apresentar outra modalidade de garantia, a Companhia, através de sua área de crédito, realiza uma análise e estabelece, de acordo com sua Política de Análise de Crédito, as garantias que deverão ser exigidas dessas contrapartes.

Os créditos de todos os clientes são revisados anualmente e a sua exposição aos diversos setores da economia é avaliada periodicamente, de modo a manter a diversificação de sua carteira e a diminuir a exposição ao risco específico setorial.

O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldade apresentada por bancos e clientes em honrar os seus compromissos é praticamente nulo.

Notas Explicativas

A Companhia é avalista em diversos contratos de suas controladas com o objetivo de assegurar financiamentos.

a.4) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez da Companhia é de responsabilidade do Comitê Financeiro, que gerencia as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazo, através do monitoramento permanente dos fluxos de caixa previstos e realizados.

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente nas reuniões do Comitê Financeiro. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

b) Categoria dos instrumentos financeiros relevantes

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2014	**31.12.2013**	**31.03.2014**	**31.12.2013**
Ativos financeiros				
Mensurados ao valor justo por meio do resultado:				
Aplicações financeiras	782.315	948.530	1.119.908	1.216.831
Depósitos vinculados	39.628	37.094	190.559	134.690
Instrumento financeiro derivativo - *swap*	-	1.115	-	1.115
Recebíveis e empréstimos:				
Caixa e depósitos bancários à vista	2.188	940	12.763	7.445
Contas a receber de clientes	514.890	403.654	764.842	744.758
Combustível a reembolsar	222.354	139.601	222.354	139.601
Valores a receber pela alienação de ativo	86.886	86.886	86.886	86.886
Dividendos a receber de controladas	141.342	141.342	-	-
	1.789.603	**1.759.162**	**2.397.312**	**2.331.326**
Passivos financeiros				
Mensurados ao custo amortizado:				
Fornecedores	551.505	281.711	789.564	510.346
Empréstimos e financiamentos	907.212	1.062.213	2.965.124	3.111.809
Debêntures	180.786	174.072	180.786	174.072
Concessões a pagar	1.609.623	1.551.828	1.653.818	1.595.169
Mensurados ao valor justo:				
Empréstimos e financiamentos	441.868	209.564	441.868	209.564
Obrigações vinculadas à aquisição de investimentos	-	-	78.083	16.419
	3.690.994	**3.279.388**	**6.109.243**	**5.617.379**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado estão avaliados pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

Notas Explicativas

c) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros, somente foram identificadas diferenças entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado, nos empréstimos e financiamentos, debêntures e concessões a pagar. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares. Na determinação dos valores de mercado, foram utilizados os fluxos de caixa futuros descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes.

	Controladora			
	31.03.2014		31.12.2013	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos				
- Em moeda nacional	781.160	773.198	932.786	923.807
- Em moeda estrangeira sem *hedge*[19]	126.052	122.828	129.427	125.520
- Em moeda estrangeira com *hedge*	441.868	441.868	209.564	209.564
Debêntures	180.786	181.303	174.072	175.472
Concessões a pagar	1.609.623	1.983.308	1.551.828	1.941.075
	3.139.489	**3.502.505**	**2.997.677**	**3.375.438**

	Consolidado			
	31.03.2014		31.12.2013	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos				
- Em moeda nacional	2.839.072	2.831.006	2.982.382	2.976.705
- Em moeda estrangeira sem *hedge*	126.052	122.828	129.427	125.520
- Em moeda estrangeira com *hedge*	441.868	441.868	209.564	209.564
Debêntures	180.786	181.303	174.072	175.472
Concessões a pagar	1.653.818	2.036.110	1.595.169	1.994.190
	5.241.596	**5.613.115**	**5.090.614**	**5.481.451**

[19] Contabilidade de *hedge*

Notas Explicativas

29 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Valores reconhecidos em contas patrimoniais

	ATIVO				PASSIVO	
	Contas a receber				Fornecedores	
	Energia	Serviços	Outras	Dividendos a receber	Energia	Juros sobre o capital próprio
31.03.2014						
TBLC	119.972	-	-	100.000	-	-
CEE	28.922	-	-	25.567	-	-
Lages	413	138	-	13.435	-	-
Itasa	-	2.496	160	2.340	4.361	-
Ceste	-	1.408	71	-	-	-
GSELA	-	-	1.749	-	-	-
Outras	-	-	570	-	423	-
	149.307	**4.042**	**2.550**	**141.342**	**4.784**	**-**
31.12.2013	**92.029**	**4.042**	**2.498**	**141.342**	**4.947**	**168.207**

b) Valores reconhecidos em contas de resultado

	RESULTADO					
	Receita			Custo	Despesa	
	Suprimento de energia	Prestação de serviços de O&M	Prestação de serviços de administração	Compra de energia	Serviços de terceiros	Receitas financeiras
31.03.2014						
CEE	-	-	-	-	-	1.245
Lages	1.645	502	56	-	-	-
TBLC	334.936	-	113	-	-	-
Itasa	-	3.744	-	24.093	-	-
Ceste	-	4.224	-	-	-	-
Outras	-	-	265	-	203	-
	336.581	**8.470**	**434**	**24.093**	**203**	**1.245**
31.03.2013	**276.158**	**8.196**	**683**	**18.440**	**308**	**569**

As transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia compreendem basicamente a: (i) contratos de compra e venda de energia; (ii) serviços de operação e manutenção de usinas; (iii) prestação de serviços administrativos; e (iv) garantias concedidas a terceiros. Os detalhes das transações mais relevantes estão a seguir demonstrados:

Notas Explicativas

c) Compromissos futuros

Os principais compromissos contratados com partes relacionadas, cujos registros no resultado ocorrerão em suas competências futuras, ao longo do prazo dos contratos, são os seguintes:

c.1) Compra e venda de energia

Contrato	MW médios	Vencimento	Índice de atualização anual	Data base de reajuste	Compromisso Futuro Base 31.03.2014
Compra:					
TBLE - Itasa	167	2030	IGP-M	Janeiro	1.212.939
TBLE - Itasa	61	2030	Variação do dólar + Inflação dos EUA	Outubro	545.533
Venda:					
TBLE - TBLC	322	2015/2016	IPCA	Março	583.726
TBLE - Lages	16	2017	IGP-M	Abril	42.716
TBLC - CEE	16	2041	IPCA	Outubro	673.682
TBLC – Projeto Trairí	64	2032	IPCA	Dezembro	1.808.852

De acordo com a política comercial da Companhia, as vendas para consumidores livres são realizadas, principalmente, através da controlada TBLC que, para atender os seus compromissos contratuais, necessita comprar energia da Tractebel Energia e de outras empresas do Grupo.

A energia gerada pelos projetos eólicos Trairí está sendo comercializada no Ambiente de Contratação Livre através da controlada TBLC.

c.2) Operação e manutenção

Parte relacionada	Vigência	Índice de atualização anual	Compromisso futuro Base 31.03.2014
Itasa	16.10.2030	IGP-M	206.619
Ceste	01.05.2025	INPC (80%) e IPCA (20%)	192.637
Lages	31.03.2015	Reajuste salarial	2.007

A Companhia tem a estratégia de concentrar na Tractebel Energia as atividades de operação e manutenção das usinas de suas controladas, sempre que as mesmas não tiverem esses serviços contratados de terceiros. Os preços praticados têm como base os custos do pessoal da Tractebel Energia envolvido diretamente no desempenho dessas atividades.

c.3) Serviços administrativos

Os serviços necessários às atividades administrativas das controladas diretas e indiretas são prestados pela Tractebel Energia. Os valores contratados, com vigência de 4 anos, são definidos com base no faturamento das controladas e reajustados anualmente pelo INPC. O valor anual contratado com suas controladas é de R$ 1.737.

Notas Explicativas

d) Garantias

A Companhia é interveniente de contratos de financiamentos firmados por suas controladas diretas e indiretas com o BNDES, Bancos (Repasse BNDES) e outros agentes financeiros. As principais garantias são as demonstradas a seguir:

Banco	Tipo de garantia	Valor da dívida em 31.03.2014
BNDES e Bancos (Repasse BNDES)	Caução da totalidade das ações de emissão das seguintes empresas: CEE, Beberibe, Pedra do Sal, Areia Branca, Ibitiúva, Fleixeiras I, Guajiru, Mundaú e Trairí.	1.999.603
Banco do Brasil	Caução da totalidade das ações de emissão da controlada indireta Hidropower	14.281

e) Avais e fianças

A Companhia é avalista e fiadora de operações de compra de energia de determinadas controladas, cujo valor total em 31.03.2014 é de R$ 290.478. Os vencimentos das garantias estão programados da seguinte forma: R$ 99.357 em 2014, R$ 72.580 em 2015, R$ 16.601 em 2016, R$ 850 em 2017, R$ 17.084 em 2022, R$ 51.796 em 2023 e R$ 32.210 por prazo indeterminado.

f) Mútuo - Ibitiúva e Andrade Açúcar e Álcool (Andrade)

A controlada indireta Ibitiúva possui um contrato de mútuo com a Andrade - sua parte relacionada no Consórcio Andrade – concedido para a aquisição de equipamentos, máquinas e instalações, bem como para a execução das obras e serviços necessários à melhoria da eficiência do processo produtivo da usina de açúcar e álcool. A remuneração do mútuo corresponde à variação do IPCA e o contrato vence em 2025. O saldo remanescente em 31.03.2014 é de R$ 16.281.

g) Remuneração das pessoas chaves da administração

A remuneração, os encargos e os benefícios relacionados às pessoas chaves da administração nos períodos encerrados em 31.03.2014 e 31.03.2013 estão apresentados a seguir. O único benefício de longo prazo concedido pela Companhia é o de aposentadoria. Os administradores não possuem remuneração baseada em ações da Tractebel Energia.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2014	31.03.2013	31.03.2014	31.03.2013
Honorários e benefícios de curto prazo	2.411	2.231	2.765	2.458
Bônus dos administradores	1.481	1.345	1.678	1.345
Benefícios pós-emprego	93	240	110	240
Encargos sociais	1.041	564	1.119	588
	5.026	**4.380**	**5.672**	**4.631**

30 – SEGUROS

a) Riscos operacionais e lucros cessantes

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios - *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) - do programa de seguros de sua controladora GDF SUEZ. A vigência do seguro é até 31.05.2014 e o valor da cobertura é de R$ 11.355.328 na controladora e R$ 14.694.781 no consolidado, conforme a seguir demonstrado.

	Controladora		Consolidado	
Tipo de usina	Danos materiais	Lucro cessante	Danos materiais	Lucro cessante
Usinas hidrelétricas	6.990.595	179.966	9.041.629	197.382
Usinas termelétricas	2.729.085	1.455.682	2.729.085	1.455.682
Usinas complementares (eólicas, biomassa e PCH)	-	-	1.131.635	139.368
	9.719.680	**1.635.648**	**12.902.349**	**1.792.432**

O limite máximo combinado para indenização de danos materiais e lucros cessantes é de R$ 1.070.000, por evento.

Em virtude da entrada em operação comercial da Central Eólica Fleixeiras I Ltda. e Central Eólica Mundaú Ltda., o Complexo Eólico Trairí passa a integrar a apólice de seguros para danos materiais e lucro cessante no montante total de R$ 483.326 e R$ 38, respectivamente.

A Ferrari Termoelétrica S.A., adquirida no primeiro trimestre de 2014, possui apólice de seguro para danos materiais e lucro cessante no valor de R$ 100.760 e R$ 4.000, respectivamente, com vigência a partir de 01.04.2014.

b) Riscos de engenharia

O Ceste possui seguro de risco de engenharia com cobertura de manutenção ampla de um ano após a entrada em operação das unidades da UHE Estreito. A cobertura total de manutenção ampla é de R$ 2.404.630, correspondente a R$ 963.535 relativos à participação da Companhia no consórcio.

O projeto solar possui seguro de risco de engenharia e de responsabilidade civil na obra. O seguro de risco de engenharia possui cobertura de R$ 30.963 para danos materiais e manutenção ampla, e o de responsabilidade civil na obra têm cobertura de R$ 5.000 para todo o período da obra.

c) Outras coberturas

A Companhia possui ainda seguros para cobertura de riscos em transportes nacionais e internacionais, seguro de responsabilidade de conselheiros, diretores e administradores, extensivos às suas controladas, bem como seguro de vida em grupo para os seus diretores e empregados.

31 – COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui contratos de longo prazo, cujas informações mais detalhadas podem ser observadas nas divulgações das demonstrações contábeis de 31.12.2013.

Os principais compromissos de longo prazo da Companhia são os seguintes:

- Contratos bilaterais de compra e venda de energia elétrica;
- Contratos de conexão à rede elétrica;
- Contratos de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (CUST e CUSD);
- Compra de gás natural;
- Operações de arrendamento mercantil;
- Contratos de construção em andamento; e
- Contratos de modernização das usinas.

Com a exceção dos novos compromissos assumidos pela Companhia devido à aquisição da Ferrari Termoelétrica S.A., detalhada na Nota 10 – Investimentos, não houve nenhuma alteração significativa no presente trimestre. Seguem abaixo os referidos compromissos:

a) Contrato de prestação de serviços adicionais de manutenção (O&M)

A Companhia mantém contrato de O&M com a Ferrari Agroindústria S.A., com vigência até fevereiro de 2034. Esse contrato tem por objeto a prestação de serviços adicionais associados à operação e manutenção da UTE, incluindo, mas não se limitando a:

- Revisões especiais das turbinas, geradores e sistemas elétricos a serem realizadas na periodicidade de cinco anos, a partir da entrada em operação das usinas geradoras, ou de acordo com a recomendação do fabricante, o que ocorrer primeiro;

- Serviços para melhorias do desempenho da caldeira e manutenção da performance da mesma; e

- Outros serviços que se façam necessários para a execução do Projeto.

Como contraprestação aos serviços prestados, a Companhia fica responsável pelo pagamento anual de R$ 4.317, reajustado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA e quando aplicável, a título de bônus por rendimento, um montante em reais equivalente ao valor resultante da venda de energia.

b) Ampliação da Central Geradora Termelétrica UTE Ferrari

Em fevereiro de 2014, a Companhia assinou contrato com as empresas Siner Engenharia e Comércio Ltda., Siner Service Comercial Ltda. e Siner Eletromecânica e Comércio Ltda. referente à ampliação da Central Geradora Termelétrica UTE Ferrari. Os compromissos futuros, na data base 31.03.2014, são de R$ 81.825. O prazo para entrega da obra é agosto de 2015.

c) Contrato de venda de energia elétrica

De acordo com os dados acerca da energia assegurada e dos contratos de compra e venda em vigor, o balanço energético da Companhia, já contemplando os contratos de venda de energia elétrica da Ferrari Termoelétrica S.A., mostra que a atual capacidade está com os seguintes níveis de contratação nos próximos seis anos:

	MW médios (*)					
	2014	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**
Recursos próprios	3.529	3.534	3.531	3.552	3.575	3.575
Compras para revenda	845	438	295	233	200	200
Disponibilidade total	4.374	3.972	3.826	3.785	3.775	3.775
Disponibilidade contratada	4.223	3.904	3.576	2.923	2.376	1.947
% Contratados	96,6%	98,3%	93,5%	77,2%	62,9%	51,6%

32 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As seguintes transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa foram realizadas nos períodos findos em 31.03.2014 e 31.03.2013.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2014	**31.03.2013**	**31.03.2014**	**31.03.2013**
Compensação de imposto de renda e contribuição social	-	69.528	577	69.551
Fornecedores de imobilizado e intangível	(10.799)	12.876	14.111	42.834
Juros capitalizados sobre financiamentos	25		1.055	7.995
Parcelas remanescentes a pagar na aquisição de investimentos	-	-	61.282	-

33 – EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Entrada em operação comercial da Central Eólica Mundaú

Em 01.04.2014, a Aneel autorizou o início da operação comercial da Central Eólica Mundaú cuja capacidade instalada é de 30 MW. Dessa forma, todas as empresas do Complexo Eólico Trairi estão em operação comercial, totalizando 115,4 MW de capacidade instalada.

b) Dividendos adicionais propostos

Em 08.04.2014, a Assembleia Geral Ordinária aprovou a destinação do lucro líquido e a proposta de distribuição de dividendos complementares relativos ao exercício de 2013. Nesta data, a Companhia reconheceu a obrigação do pagamento em seu balanço patrimonial. A data do pagamento será posteriormente definida pela Diretoria Executiva.

c) Autorização do início das obras de construção do Complexo Eólico Santa Mônica

Em 11.04.2014, o Conselho de Administração da Companhia autorizou o início da obra de construção do Complexo Eólico Santa Mônica, o que está condicionado ao cumprimento de condições precedentes. O Complexo, localizada no Município de Trairí, é composto de 4 parques eólicos, totalizando 97,2 MW de capacidade instalada. A Companhia estima investir no projeto aproximadamente R$ 460.000, o que resultará na ampliação de energia renovável não convencional em seu parque gerador. A entrada em operação da totalidade do Projeto está prevista para 2016.

d) Aquisição da totalidade do capital social da CLWP Brasil II Participações Ltda. e CLWP Brasil III Participações Ltda.

Em 11.04.2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a contratação da aquisição da totalidade do capital social da CLWP Brasil II Participações Ltda. e CLWP Brasil III Participações Ltda., ambas localizadas no Município de Feira de Santana, Estado da Bahia. A CLWP II é detentora de 7 sociedades de propósito específico (SPE), totalizando um potencial de desenvolvimento de 206 MW. A CLWP III é detentora de 10 SPE, com potencial total de desenvolvimento de 300 MW.

Notas Explicativas

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maurício Stolle Bähr
Presidente

Philip Julien De Cnudde
Vice-Presidente

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Conselheiro

Guy Marie Numa Joseph Ghislain Richelle
Conselheiro

Dirk Achiel Marc Beeuwsaert
Conselheiro

Willem Frans Alfons Van Twembeke
Conselheiro

Roberto Henrique Tejada Vencato
Conselheiro

José Pais Rangel
Conselheiro

Antonio Alberto Gouvêa Vieira
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marco Antônio Amaral Sureck
Diretor de Comercialização de Energia

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Edson Luiz da Silva
Diretor de Planejamento e Controle

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcelo Cardoso Malta
Gerente do Departamento de Contabilidade
Contador - CRC RJ 072259/O-5 T-SC

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

IDENTIFICAÇÃO DAS PROJEÇÕES

a) Objeto da projeção

Investimentos na manutenção, revitalização e ampliação do parque gerador.

A demonstração dos montantes de investimentos da Companhia segrega valores dispostos em dois grupos:

- Investimentos financiados com capital próprio, incluindo aquisições; e
- Investimentos financiados com dívidas, incluindo dívidas assumidas nas aquisições.

Ambos os modelos de projeção estão contemplados no item "d" abaixo.

As projeções realizadas são meras estimativas razoáveis que normalmente dependem de eventos futuros; portanto não podem ser consideradas como promessa de desempenho por parte da Companhia e de seus administradores.

b) Período projetado e o prazo de validade da projeção

A Tractebel Energia divulga trimestralmente ao mercado suas projeções de investimentos para o ano corrente e os dois anos subsequentes, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia

As projeções de investimentos da Companhia se baseiam principalmente nas seguintes premissas:

- Cronograma de manutenções das unidades geradoras;
- Diagnósticos de equipamentos;
- Obrigações regulatórias; e
- Iniciativas estratégicas.

Os valores informados, projeção e realizado, não consideram juros sobre a construção (juros sobre Capital Próprio e Capital de Terceiros).

A Administração pode influenciar todas as premissas, exceto as obrigações regulatórias que escapam ao seu controle.

Em caso de alteração relevante nas premissas acima, as projeções podem ser revisadas.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

d) Valores dos indicadores que são objeto da previsão

Nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) de 31.12.2013 a Companhia havia divulgado as seguintes projeções para os anos de 2014, 2015 e 2016:

	Previsão para os próximos 3 anos, informada durante o 4ª trimestre de 2013 na DFP (em milhões de reais)		
Descrição / Período da projeção	2014	2015	2016
Financiado com capital próprio	489	739	243
Total	**489**	**739**	**243**

No presente trimestre essas projeções foram revistas e as projeções vigentes passaram a ser as seguintes:

	Previsão para os próximos 3 anos, informada durante o 1ª trimestre de 2014 (em milhões de reais)		
Descrição / Período da projeção	2014	2015	2016
Financiado com dívida	48	192	106
Financiado com capital próprio	677	915	447
Total	**725**	**1.107**	**553**

Nota: As projeções acima não consideram os efeitos dos juros sobre o capital de terceiros incorridos sobre as construções.

Alteração nas projeções para 2014 feitas durante o primeiro trimestre de 2014

Financiado com dívida:

O aumento é decorrente do financiamento de CAPEX no valor de R$ 48 milhões relacionado à aquisição da Ferrari Termoelétrica S.A.

Financiado com capital próprio:

O acréscimo no montante previsto para 2014 decorre substancialmente: (i) do projeto Campo Largo em R$ 65 milhões; (ii) do projeto eólico Santa Mônica em R$ 91 milhões; e (iii) da termelétrica Ferrari em R$ 50 milhões.

Investimentos previstos para o ano de 2015 e 2016

Financiado com dívida:

O ingresso nos montantes previstos para os anos de 2015 e 2016 se referem ao projeto eólico Santa Mônica.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Financiado com capital próprio:

O incremento nos montantes previstos de financiamento com o capital próprio para os anos de 2015 e 2016 refere-se, essencialmente, à: (i) implantação do projeto eólico Santa Mônica (R$ 10 milhões em 2015 e R$ 57 milhões em 2016); (ii) ampliação e modernização da termelétrica Ferrari (R$ 42 milhões em 2015); e (iii) revisão global do programa de manutenção e modernização do parque gerador da Companhia no plano de longo prazo (R$ 126 milhões em 2015 e R$ 151 milhões em 2016).

Investimentos realizados no primeiro trimestre de 2014:

No primeiro trimestre de 2014, foram realizados investimentos de R$ 257 milhões, dos quais R$ 176 milhões direcionados à aquisição da Ferrari Termoelétrica S.A., R$ 62 milhões foram aplicados na construção de novas usinas e R$ 19 milhões foram destinados aos projetos de manutenção e revitalização do parque gerador da Companhia.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Outras informações que a Companhia entenda ser relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes pela Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores e Acionistas da
Tractebel Energia S.A.
Florianópolis - SC

Introdução
Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Tractebel Energia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão
Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado
Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Florianópolis, 25 de abril de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia (individual e consolidada), bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes referenciadas no Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos

Edson Luiz da Silva
Diretor de Planejamento e Controle

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Marco Antônio Amaral Sureck
Diretor de Comercialização de Energia

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

Florianópolis, 25 de abril de 2014.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia (individual e consolidada), bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes referenciadas no Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos

Edson Luiz da Silva
Diretor de Planejamento e Controle

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Marco Antônio Amaral Sureck
Diretor de Comercialização de Energia

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

Florianópolis, 25 de abril de 2014.